

Tribuna da Luta Operária

ANO V — Nº 178 — DE 30 DE JULHO A 5 DE AGOSTO DE 1984

Cr\$ 400,00

Luta sucessória impõe:

Regime militar vai a julgamento



Com o lançamento da candidatura única das oposições para a Presidência da República, em campanha que deverá ganhar as ruas em agosto, o regime militar de 1964 mais uma vez será julgado e condenado pelos brasileiros. Ainda que isso possa desagradar áreas conservadoras que apóiam Tancredo Neves para presidente.

Págs. 3 e 4

4 falsas razões do PT para não ir ao Colégio

O professor Waffort, sem querer, mostra que tática petista leva ao desastre. Pág. 3

Sindicatos gaúchos vão debater programa comum

Encontro unitário examinará candidatura única das oposições e seus programas. Pág. 4

EDITORIAL

Sucessão e Soberania

Um dos pontos programáticos de maior importância da campanha oposicionista na luta sucessória é o que diz respeito ao tratamento da dívida externa e, em consequência, do FMI. De 1980 a 83 o Brasil pagou cerca de 60 bilhões de dólares de juros e serviços da dívida aos banqueiros internacionais. Em 1984, só de juros entregará mais de dez bilhões. Apesar disso continua devendo mais de 100 bilhões. É uma sangria escandalosa de riquezas, enquanto de outro lado se defronta com um povo faminto, sem emprego, sem atendimento à saúde, sem direito à educação e à cultura.

Em função desta dívida, que nos foi imposta, que foi contrária não em função das necessidades do povo e da nação mas atendendo à sede de lucros do capital financeiro internacional, o FMI passou de fato a comandar os destinos do país. A Sra. Ana Maria Jul e outros funcionários desta agência do imperialismo vasculham todas as dependências do Banco Central e dos órgãos da alta administração federal; dão opiniões e obtêm informações sobre o Orçamento Federal que são negadas até ao Congresso Nacional.

O atrelamento aos banqueiros e as cláusulas impostas pelas "Cartas de Intenções" assinadas com o FMI fizeram do Brasil um país que trabalha para pagar a dívida. Através destes mecanismos, nossa pátria está condenada à condição de semicolônia do capital estrangeiro.

Impõe-se portanto uma defesa clara de nossa soberania, que não tem outro caminho senão o rompimento com o FMI e a suspensão do pagamento da dívida externa até que o povo seja informado cabalmente sobre o quanto devemos, a quem devemos e porque devemos, capacitando-se então a decidir criteriosamente sobre o assunto.

Não se trata, como vêm afirmando alguns políticos oposicionistas, de obter um "tratamento

mais adequado dos credores internacionais" ou mesmo de um "reescalonamento de prazos". A verdade nua e crua é que não há como conciliar os interesses nacionais com a escravidão ao FMI e com o pagamento desta dívida que evidentemente já foi resgatada, e com sobras, pelo saque desenfreado do imperialismo sobre a economia brasileira.

Nesta situação, não se justifica que o Sr. Tancredo Neves permaneça aferrado a fórmulas vagas, que não satisfazem nem ao cidadão menos exigente. Na campanha do candidato único das oposições, em cada comício, em cada reunião, por todo lado, as massas populares e todos os patriotas cobrarão pronunciamentos corajosos e afirmativos sobre o assunto.

Não se pode pensar em alterações sérias da política econômica sem romper estas amarras. Não se pode formular uma política salarial adequada aos anseios populares, nem uma política de preços para os alimentos, os transportes, os impostos, e ao mesmo tempo submeter-se à orientação recessiva do FMI e raspar todos os recursos disponíveis para entregar aos credores estrangeiros.

O povo da Bolívia, em jornadas heróicas, apontou o caminho. Ao mesmo tempo em que defendia nas ruas o regime democrático, não vacilou em recorrer à greve geral para exigir do governo a suspensão do pagamento da dívida externa. E apesar das muitas vacilações governamentais, a política indicada pelo povo vai sendo aplicada.

Os brasileiros exigem do candidato único das oposições atitude firme na garantia da independência do país. Assim como exigirá da próxima Assembleia Constituinte a ser eleito mecanismos eficazes, consagrados na Carta Magna, para salvaguardar a soberania contra o assédio do capital estrangeiro e contra capitulacões de governantes impatrióticos.

Universidade não se rende ao MEC

Ministra ameaçou punir grevistas, mas se deu mal. Pág. 6



Foto Ricardo Bonini

Concentração em Fortaleza: a greve das universidades autônomas mostra uma extraordinária energia.

Os podres do BNH de Mário Andreazza & Cia.

Sob o comando dos generais, montou-se uma imensa arapuca com o nome de casa própria. Página 5

Metalúrgicos de S. Paulo unidos contra exploração

Terminada a eleição no Sindicato, "não há mais Chapa 1 nem Chapa 2", garantem diretores eleitos. Pág. 7

Aldo Arantes faz apelo por liberdade para Firmenich

Deputado e ex-presos político visitou os cárceres do Uruguai e Argentina. Pág. 10

Socialismo de Mitterrand mostra que não era para valer

Crise de governo e guinada para direita da social-democracia na França. Página 2

Traficantes do esporte dão show em Los Angeles

Olimpiadas afetadas pelo vírus do mercantilismo. Leia na pag. 9

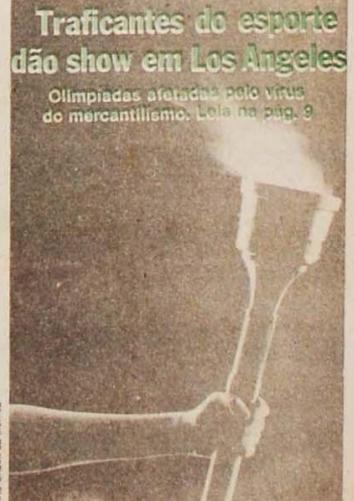


Foto Chuck La Monica

Mitterrand caminha para a direita

Ao apresentar ante a Assembleia Nacional sua política, o novo primeiro-ministro, Laurent Fabius, anunciou que o governo Mitterrand vai continuar com seu plano de modernização industrial, "mesmo que provoque demissões". Assim o governo social-democrata francês pretende continuar jogando nas costas dos trabalhadores o peso da crise capitalista.

O governo Mitterrand, com Laurent Fabius como primeiro-ministro, dá uma nova guinada para a direita. E deixa ainda mais claro o fracasso completo da alternativa social-democrata para a crise capitalista.

Quando Mitterrand foi eleito em 1981, uma autêntica febre de entusiasmo tomou conta do povo francês, espantoso de lidar-se das mazelas da crise que atinge o país. O lema do Partido Socialista preconizava um "socialismo com liberdade", e encontrou eco em várias partes do mundo, onde alternava o qualificativo do pretensão socialismo para "moreno" ou "de face humana".

Como alternativa às teses recessivas dos monetaristas, Mitterrand prometia dar prioridade absoluta ao reaquecimento da economia e combate ao desemprego — "nunca o desemprego na França ultra-

passaria a barreira dos 2 milhões", dizia o PS (em agosto de 1981 havia 1 milhão e 800 mil desempregados). Para tanto, levava adiante um programa de nacionalização de alguns bancos e grandes grupos nacionais deficitários, mantendo o país numa ótica de economia mista.

O início do governo Mitterrand ensaiou algumas medidas tímidas nestes rumos. A jornada de trabalho foi reduzida de 40 para 39 horas semanais, tendo como meta chegar às 35 horas em 1985. O salário-mínimo foi aumentado, junto com uma série de benefícios sociais referentes à aposentadoria, salário-família etc. Foram nacionalizados 40 bancos menores e cinco grupos industriais voltados principalmente para a produção de alimentos.

Esta política logo enfrentou barreiras intrinsecas. Sem romper com a lógica do capitalismo, mesmo estas medidas tornaram-se insustentáveis com a indenização dos padrões das empresas nacionalizadas e a extensão das garantias sociais exigindo maiores gastos do Estado, num momento de profunda recessão da economia capitalista mundial.

O déficit público aumentou enormemente e a inflação passou de 12% para 14% em 1981. O governo ainda tentou novas fontes de recursos com a introdução do imposto sobre fortunas. Em contrapartida,

parcela significativa da burguesia francesa diminuiu seus investimentos no país, baixando-os em 17%, entre maio de 1981 e maio de 1982. Em decorrência, as exportações francesas ficaram menos competitivas no mercado, gerando um déficit comercial de mais de 10 bilhões de dólares em 1982.

Mitterrand resolveu, então, dar uma guinada de 180° em sua política. Resolveu adotar uma política semelhante à de Delfim Netto, com o lema "exportar é a solução". O franco, moeda do país, foi desvalorizado três vezes. Os salários foram congelados. A prioridade do governo passou a ser o combate à inflação, com a recessão. Foi decretado um programa de modernização da indústria, que provocou o fechamento de diversas fábricas e jogou milhares de trabalhadores no desemprego. Com a política atual, o número de desempregados na França pulou para 2 milhões e 200 mil!

Este quadro é que está por trás da queda do gabinete Pierre Mauroi e da saída dos eurocomunistas da coalizão governamental. A cada obstáculo que enfrenta, Mitterrand tende mais para a direita. A atual crise de governo foi aberta com a decisão do presidente socialista de retirar um projeto de reforma de ensino do Congresso, cedendo às pressões da Igreja conservadora. O estopim final foi o fracasso eleitoral dos partidos da aliança governista nas últimas eleições para o parlamento europeu. O PS ficou com apenas 21% dos votos e o PCF com 11%, empatando com a neofascista Frente Nacional.

A nomeação de Laurent Fabius como o novo primeiro-ministro representa novos compromissos com a direita. Fabius foi o responsável pela nefasta propaganda da restauração industrial, que castiga os operários com o desemprego em massa. No final das contas, o "socialismo com liberdade" desembocou, para os trabalhadores franceses, no capitalismo sem emprego e sem dinheiro. (Luís Fernandes)



Operários lutam contra o desemprego na França social-democrata

Social-democratas facilitam avanço do fascismo em Portugal

A recente violência que se abateu sobre Otelo Saraiva e organizações esquerdistas de Portugal objetiva preparar a opinião pública para a aceitação da lei de "segurança" que o governo social-democrata de Mário Soares enviou ao Parlamento e aumentar a repressão. Esta é a opinião dos marxistas-leninistas portugueses, organizados no Partido Comunista (Reconstruído).

No mês passado, policiais prenderam cerca de 40 pessoas, invadiram sedes de um partido legal, apreenderam livros e folhetos partidários como "materiais subversivos", violaram correspondências e aparelhos telefônicos, tudo isso sob as vistas grossas do governo do Partido Socialista. Ao mesmo tempo, discute-se no Parlamento uma nova "lei de segurança", elaborada pelo governo, que proíbe manifestações populares, outorga à polícia o direito de dissolver reuniões democráticas e determina que os trabalhadores e o povo "devem prestar aos serviços de segurança a colaboração, oficiosa ou requisitada, que o interesse público permita razoavelmente exigir" — ou seja, incentiva a delação.

Vários prisioneiros ficaram incomunicáveis — inclusive Otelo Saraiva, que foi um dos líderes da luta contra a ditadura salazarista. A própria Ordem dos Advogados portuguesa denunciou "ser inadmissível a marginalização com que estão a ser confrontados os advogados detidos, não se lhes permitindo comunicar 'reservadamente' com os patrocinadores". Ao ser colocado em liberdade, por falta de provas



das acusações de que era vítima, um dos detidos denunciou: "Os policiais tentaram aliciar-me, deram-me palmadinhas nas costas e disseram que se eu lhes revelasse uns nomes talvez não me acontecesse nada".

Os comunistas, as entidades democráticas, sindicatos e organizações de fábrica dos operários denunciaram a repressão e a lei de "segurança" ba-

seados em sua experiência própria — e de toda a Europa — com o fascismo. Diante das dificuldades, os social-democratas cedem caminho para a direita e facilitam o avanço do fascismo. O antidoto contra este perigo só pode ser a mobilização energética dos trabalhadores e uma ampla frente única com todos os defensores da liberdade e da democracia.



O povo foi às ruas saudar o quinto aniversário da Revolução Sandinista, em Manágua

Solidariedade para a Revolução Sandinista

O 5º aniversário da revolução sandinista na Nicarágua foi lembrado no último dia 19 de julho em Campinas, com uma palestra e exibição de filmes sobre a sociedade nicaraguense. O evento foi promovido por várias entidades locais — PDT, PMDB, Comissão pela Legalidade do PC do B, UEE-SP, UNE, associação de funcionários e servidores etc.

A palestra foi feita por Maria Auxiliadora Arantes, do Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina (CBS), que recentemente visitou a Nicarágua. Ela mostrou que as lutas de resistência do povo daquele país vêm de longa data.

INVASÃO IANQUE

De 1912 a 1926, a Nicarágua foi ocupada pelos marines norte-americanos, que só foram expulsos em 1927 pelos patriotas nicaraguenses liderados por Sandino — assassinado em 1933. Em 1934, o poder é usurpado pela sangrenta ditadura de Somoza, que perdurou até 1979. Nesse período, a dinastia de Somoza passou a deter 40% da renda nacional.

Em 1961, foi organizada a

FSLN (Frente Sandinista de Libertação Nacional), inspirada no glorioso legado de Sandino. Por ocasião do terremoto de 1972, aproveitando-se da campanha de solidariedade organizada pela população, Somoza promoveu um grande desvio de verbas e, conforme Maria Auxiliadora Arantes, aprofundou as contradições "com as burguesias comercial e rural, que passaram a olhar com simpatia a Frente Sandinista, posteriormente se aliando a ela".

Em 1979, ocorre a revolução e é construído um governo de unidade nacional, do qual participam vários setores sociais — Igreja, líderes, conservadores e quatro partidos

Cruel repressão contra dirigente comunista no Irã

O Partido do Trabalho do Irã está fazendo um vigoroso apelo aos povos em favor dos revolucionários presos pelo governo do aiatolá Khomeini. "Um dos camaradas dirigentes do Partido do Trabalho do Irã, Baba Pour Saadat — membro do Comitê Central — está preso desde novembro de 1982", informam os comunistas iranianos. Baba já havia passado sete anos nas prisões

de xá Pahlevi, devido à sua luta democrática e antiimperialista, e "foi libertado pelas mãos poderosas do povo iraniano no curso da revolução de fevereiro de 1979", diz o comunicado do PTL. Agora, a vida desse revolucionário volta a estar "sob grave ameaça", denunciam os marxistas-leninistas do Irã.

"Pedimos a todas as organi-

zadas (FSLN, PLI, PSN, PPSO), sob a hegemonia da Frente Sandinista. "A Nicarágua desempenha um papel de democracia popular", explica Maria Auxiliadora. Após a revolução, procurou-se encontrar soluções imediatas para a miséria do povo, o soerguimento da economia — em ruínas — e, especialmente, a alfabetização (50% da população era analfabeta).

O governo de reconstrução conseguiu alguns êxitos que merecem destaque: uma grande campanha de alfabetização foi desenvolvida em cinco meses, reduzindo para 12% o índice de analfabetos, o que valeu um prêmio da Unesco. "Devemos respeitar a revolução sandinista como uma experiência corajosa contra o imperialismo e também devemos dar solidariedade ativa à consolidação do governo revolucionário da Nicarágua", sustentou Maria Auxiliadora. (da sucursal de Campinas)

Agrava-se a luta entre os sionistas

Os resultados das eleições em Israel, realizadas na semana passada, evidenciaram uma irremediável divisão política no país e o declínio eleitoral das duas grandes coalizões partidárias.

O Alinhamento Trabalhista (Maarach), no qual pontifica o Partido Trabalhista liderado por Shimon Peres, social-democrata, venceu o pleito, mas não conseguiu as 61 cadeiras no Parlamento que lhe possibilitariam compor o governo com as forças próprias da coalizão. Isto o obriga a empreender negociações e composições com os pequenos partidos, se quiser embargar as tentativas do Likud, do primeiro-ministro Yitzhak Shamir, de formar uma maioria parlamentar com o apoio dos demais partidos direitistas e sionistas mais extremados.

Longe de resolver o impasse político, o resultado das urnas aponta para um agravamento dos conflitos nas hostes sionistas, que poderá levar a novas eleições em novembro. Com a falta de suporte no Parlamento e na opinião pública, qualquer coalizão a governar não terá estabilidade.

SHAMIR/BEGUIN DERROTADOS

O grande derrotado foi o Partido Likud, no poder há sete anos. Acima de tudo, o eleito votou contra o descalabro econômico-financeiro, a militarização do

país e o aventureirismo da política externa dos governos de Menachem Begin/Yitzhak Shamir. Sob o governo Likud, Israel transformou-se no maior devedor per capita do mundo (quase 30 bilhões de dólares de dívida externa). A inflação saltou para o fantástico índice de 400%. Estes dados se relacionam não apenas com o monetarismo da política econômica oficial, orientada por Washington, mas principalmente com a agressividade e o expansionismo sionistas face aos povos árabes e palestinos. Somente a implantação de colônias judias na Cisjordânia consumiu 3,5 bilhões de dólares. Também a intensa militarização do país em função de uma ingloria guerra de agressão consome rios de dinheiro. A guerra de Israel contra o Líbano custa cerca de 1,2 bilhão de dólares diários aos cofres israelenses.

MUDANÇA DE FACHADA

Contudo os resultados eleitorais em Israel não representam uma mudança fundamental nos rumos da política local. A recondução da social-democracia ao governo, caso consiga compor a maioria parlamentar, em nada alterará a essência do papel de Israel como fiel instrumento da política norte-americana no Oriente Médio. O Partido Trabalhista é peça da mesma engrenagem sionista-imperialista, cuja conduta tem como fulcro o expan-

sionismo e a negação dos direitos dos povos árabes e em especial do povo palestino. Sob a égide de governos trabalhistas (que estiveram no poder desde a fundação de Israel em 1948 até 1977), ocorreram as agressões armadas de 1956 e 1967 contra países vizinhos, que resultaram em anexações territoriais e representam um dos problemas de fundo da crise de Oriente Médio.

Atualmente Shimon Peres acena com falsas promessas de paz. Anuncia a retirada das tropas israelenses do Sul do Líbano, mas defende sua substituição por uma milícia pró-israelense que impeça a presença de combatentes palestinos na região. Fala em negociações com países árabes, nomeadamente a Jordânia, visando a devolução de alguns territórios ocupados; entretanto deixa claro que Jerusalém, arbitrariamente anexada, é "indivisível". E não aceita negociações com a OLP ou a criação de um Estado Palestino. Quanto à "ajuda" norte-americana, considera-a indispensável e garante obediência incondicional ao grande pátrio.

Na verdade, portanto, Likud e Partido Trabalhista, Begin/Shamir e Shimon Peres são faces da mesma moeda. Não propiciarão a paz no Oriente Médio, nem solucionarão a crise interna de Israel. (José Reinaldo)

Não há como ser oposição em coro com Salim Maluf

O professor Francisco Weffort, secretário-geral do PT, vem de publicar (*Folha de S.Paulo*, dia 21) uma intransigente defesa da tese oficial de seu partido, de que "as oposições não devem ir ao Colégio Eleitoral". Vale examinar melhor essa postura, que consegue o milagre de unir num só coro oposicionistas tidos como radicais e o sr. Paulo Maluf.

Weffort tem a virtude dos professores: escreve de forma didática, clara, concisa, aquilo que seus correligionários do PT e So-Diretas emburram em longos discursos confusos. E acaba por prestar um favor. Ajuda a mostrar que, para o movimento operário e popular consequente, seria desastroso recusar a priori a chance de impor, dentro do Colégio Eleitoral espúrio, a vitória de uma candidatura única oposicionista.



Foto: Francisco Weffort

Sigamos, pois, os quatro motivos que o professor Weffort apresenta.

"Primeiro: se o que queremos é a democracia, não podemos, os partidos de oposição, contribuir para que o povo descredite a democracia".

De fato esta é a razão primeira, predileta dos só-diretas. E é mais equivocada. Dá a entender que são os partidos de oposição que fazem o povo acreditar ou não na democracia, quando acontece o contrário.

O povo luta pela democracia movido por razões objetivas, interesses reais. Precisa dela para enfrentar melhor a reação, que sempre usa a didatura e o arbítrio. Portanto, a crença democrática do povo não depende da pregação dos partidos. Ao contrário, os partidos democráticos no máximo refletem os anseios democráticos existentes na sociedade. Basta ver as multidões presentes nos comícios pró-diretas.

Ao final desta ponto, Weffort pontifica: "O caminho para as mudanças e a democracia não passa pelo Colégio mas pelas eleições diretas". De onde tirar tamanha certeza? Como estudioso dos movimentos políticos e sociais, o professor Weffort devia saber que a História não perdoa esses cânones dogmáticos. Na Argentina, a democracia "passou" pela degradação do Exército nas Malvinas. Na Ni-

caragua, "passou" por uma insurreição popular. Na Bolívia, por greves gerais e barricadas quase imperceptíveis. Em El Salvador, "passa" pelo boicote às eleições diretas!

E que a emancipação dos povos muitas vezes troca de largas avenidas, retas e sinalizadas, por veredas sinuosas e picadas quase imperceptíveis. A intuição popular costuma entender perfeitamente este tipo de manobras necessárias, obrigatórias até. Se o professor duvida, que vá às ruas e ouça a opinião do povo simples sobre a candidatura Tancredo.

"Segundo: alguém pode acreditar que o regime venha a perder o controle da sucessão se esta se realizar em sua própria cidadela?"

Aqui Weffort se detém no caráter espúrio, ilegítimo, bidúo do Colégio. Nisto tem todo razão. Mas tira daí a conclusão errada de que "o regime não perde no Colégio". Quem disse que não perde? Não basta dizer que o Colégio é cria da didatura. O Congresso Nacional com seus senadores bônicos também é, no entanto o PT participa dele. A votação da emenda Dante de Oliveira foi falsada pelas medidas de emergência do general Cruz, e mesmo assim o PT participou, com razão.

O fato é que o regime, em franco apodrecimento, já foi derrotado algumas vezes no Congresso e pode ser vencido no Colégio. A desagregação do Colégio não pode ser uma reserva indireta mas valiosa das forças da democracia. O mo-

vimento popular, em especial, seria infantil e irresponsável se não aprendesse a tirar proveito também das reservas indiretas.

O PT devia ouvir aqui o senador Severo Gomes, um burguês que se mostra mais lúcido e oposicionista ao afirmar: "Quanto à natureza espúria do Colégio, é preciso lembrar que o mais inofensivo cidadão tem o direito de tomar o punhal do bandido para defender-se de suas estocadas. Será tomando este Colégio que ameaça apunhalar a nação que poderemos destruí-lo marcando para a Constituição, para o rompimento dos acordos com o FMI, para a revogação da lei salarial, para a retomada do desenvolvimento econômico, para a restauração da Soberania Nacional".

"Terceiro: mesmo que não seja maluf, qualquer nome que venha a sair vencedor no Colégio estará obrigatoriamente comprometido com a continuidade do regime".

Esta terceira razão de Weffort começa por desmentir a segunda pois admite, mesmo achando-a "improvável", uma vitória da oposição no Colégio.

O professor limita-se aqui a enumerar declarações moderadas e conservadoras de figuras de Frente Liberal do PDS. Provavelmente, estes são mesmo os desejos dominantes na Frente, mas a lógica das crises raramente respeita os desejos de seus protagonistas. Fouco adianta o sr. Aureliano Chaves proclamarem que se orgulha de ter ajudado o golpe de 1964 se objetivamente, queira ou não, ele e sua Frente auxiliavam os democratas a soterrar o regime.

Já os "boicotadores" do Colégio, caso levem sua tese até o fim, prestarão um serviço ao Planalto — a despeito de suas boas intenções e juras de coerência. Vale notar que Maluf, o ex-crêvel, arquiinimigo das diretas, agora trocou de discurso. Faz ardentes apelos à suposta coerência do PT e do So-Diretas. Confiar neles, em suas contas, para galgar a Presidência.

"Quarto: ir ao Colégio e fazer a campanha eleitoral nas ruas (...) é mais ou menos como chupar cana e assobiar ao mesmo tempo".

Weffort profetiza aqui que a candidatura única oposicionista jamais empolgará o povo. Sobre Tancredo, ironiza: "Gostaria de vê-lo na praça".

Pois terá em breve esta oportunidade. Tancredo, que todos conhecemos, necessita de forte mobilização popular porque do contrário sua candidatura não tem chance face à vernalidade do Colégio. E o povo, por seu turno, ansia por voltar às ruas para levar adiante a luta pelo fim do regime. Imprimiu este conteúdo à campanha pelas diretas-já. E imprimi-lo-á à campanha Tancredo Neves, da a quem doer.

Quando as massas voltarem à rua, esperamos, quem sabe, que o professor Weffort e seus correligionários abandonem sua torre de marfim formalista para juntarem-se a elas — enquanto é tempo.

(Bernardo Joffily)



Candidato único terá de ir às ruas, com o povo e com bandeiras

Julgamento do regime na luta da sucessão

"O que está em jogo é o poder — não deve haver ilusões... O que estará em jogo em 15 de janeiro será a continuidade do status quo (vale dizer a oligarquia, a Coisa Nossa, os acordos criminosos que envolvem até mesmo homicídios ao amparo de pessoas acima de qualquer suspeita) e o regime da Lei..."



Aureliano, no jogo do poder, ficou contra o continuísmo

Estas frases não são de nenhum "radical de esquerda", como diria apressadamente o general Figueiredo; foram tiradas do editorial do último dia 22 do conhecido jornal conservador *O Estado de S. Paulo*. Entretanto, de forma mais direta e mais clara, tendo como referência os interesses do proletariado, a *Tribuna Operária* há tempos vem afirmando que o atual processo sucessório traz à tona o confronto entre ditadura e democracia, agravando rapidamente a crise política em curso no país.

MUDANÇAS RÁPIDAS

Até o momento, este embaixo não aparece com toda nitidez. O que hoje aflora de forma mais gritante é a disputa entre os componentes do bloco das oposições. Mas é uma situação passageira, fruto da cisão nas hostes pedessistas e de um brusco deslocamento de forças no cenário político nacional. A tal ponto que a Frente Liberal, recém-saída das fileiras governistas, torna-se a segunda força oposicionista, suplantando o PDT, o PTB e o PT — tanto por sua representação parlamentar como por sua estruturação em todo o país.

Com esta redefinição, é natural que à primeira vista se destaque o atrito entre estas correntes, buscando a conquista de posições dentro da nova aliança política em formação.

Aureliano Chaves, procurando demonstrar independência, diz que a campanha e o governo de Tancredo devem preservar a "revolução de 64". Mas entre estas palavras — descompensadas com o momento político — e o gesto de romper com Figueiredo, preleva evidentemente a prática. Queira ou não, o dr. Aureliano teve de escolher entre o continuísmo da oligarquia, ou da Coisa Nossa, como diz o "Estado", e um novo regime democrático, que as oposições

preconizam. Escolheu a segunda opção.

Quem não percebe esta evolução e continua preso a fórmulas estereotipadas, como se estivéssemos no ano passado, antes dos grandes comícios que impulsionaram uma nova realidade ao país, está condenado a ficar falando sozinho — ou então a fazer "miniprotestos radicais", e estereis, com 100 pessoas, nas praças que há pouco reuniam centenas de milhares.

O sr. Leonel Brizola, por sua vez, vindo as coisas não do ponto de vista dos interesses nacionais mas através da lente dos objetivos mesquinhos de poder pessoal ou de grupo, sonha acima de tudo em criar condições para sua própria candidatura em 1986. Por isto, este mesmo político que há muito pouco tempo ainda insistia num "mandato tampão" de dois anos com o general Figueiredo, agora se arvora em democrata consequente, dizendo que "pode até apoiar Tancredo", mas que vai cobrar os "compromissos com o povo".

PRESEÇA POPULAR

O PT, sem alternativas a propor, a não ser o fortalecimento de suas próprias fileiras, tenta faturar com o descontentamento do povo e com a natural desconfiança das massas em relação às rápidas mudanças do cenário político, que levarão Tancredo à posição de candidato único das oposições, com o apoio da Frente Liberal, egressa do PDS. (veja ao lado).

Neste quadro em mutação salienta-se o ascenso das forças operárias e populares, em particular dos comunistas, que com sua postura firme mas ampla e flexível conquistam a cada dia prestígio maior.

É exatamente visando isolar os comunistas, amedrontar os vacilantes e obter concessões da oposição burguesa, que o general Figueiredo fingiu-se alarmado com o "perigo da esquerdização" do governo Tancredo. Esta velha indústria do anticomunismo sempre foi pretexto dos fascistas para golpear a democracia e os direitos do povo.

A manobra tem pouco futuro. Até o sr. Roberto Gusmão, secretário do governador Franco Montoro e conhecido por suas posições conservadoras, indiretamente respondeu a Figueiredo ao declarar: "A disputa da Presidência terá necessariamente que levar o candidato à praça pública para discutir com o povo seu programa e suas ideias... se está buscando a construção de um Brasil novo e não a discussão se os comícios serão grandes ou pequenos, se terão bandeiras vermelhas ou não".

Impõe-se aos trabalhadores uma grande flexibilidade política, para agrupar o máximo de forças contra o regime e, ao mesmo tempo, assegurar a presença popular na elaboração do programa e na campanha do candidato das oposições. Mesmo que a sucessão se realize formalmente no Colégio Eleitoral, as massas julgarão e condenarão nas ruas o regime militar.

(Rogério Lustosa)

Cuidado com o turco...

Sem público nem aplausos, o PT lançou-se na semana passada em uma mal sucedida sequência de "atos públicos" em favor do boicote ao Colégio Eleitoral, no centro da cidade de São Paulo. Terça-feira, dia 24, foi a vez da Praça da Sé. No mesmo cenário que o povo lotou por três vezes ao longo da campanha pelas diretas-já, umas poucas dezenas de militantes petistas tentavam em vão despertar o entusiasmo popular. Quando muito, conseguiram umas poucas assinaturas contra a participação no Colégio.

embora sem explicar aos signatários de que se tratava realmente.

O "ato" teve um sucesso semelhante ao de muitos camelôs que freqüentam a praça, onde todas as mercadorias e todas as seitas sempre encontram quem se interesse por elas. Entre os poucos ouvintes, não raro se viam manifestações de discordância, como a de um funcionário público, pai de família e dono de considerável barriga, que erguia o vozêrão para dizer que "desse jeito vocês vão é entregar tudo para o turco (Maluf)".

(Bernardo Joffily)



Na Praça da Sé, poucos ouvintes e algumas advertências

PMDB gaúcho quer assembleia popular

O Diretório Regional do PMDB gaúcho aprovou no último dia 19 um manifesto dirigido à direção nacional do partido hipotecando apoio ao candidato único das oposições para derrotar o continuísmo.

Na ocasião foi vista também a necessidade de uma ampla reunião de caráter estadual com todos os setores de oposição, a fim de aprovar um programa mínimo das forças democráticas e populares.

O deputado Carrion Júnior destacou que a reunião teve grande importância pois, além de "convocar uma convenção

extraordinária do partido para o próximo dia 5 para debater a política a ser seguida pelo candidato único, decidiu convidar todas as entidades representativas da sociedade a participarem de uma reunião para que juntos possamos chegar a um programa que interprete os anseios do conjunto das forças sociais que lutam por mudanças já". A vereadora Jussara Cony agregou que "com um programa aprovado desta forma teremos melhores condições de impulsionar manifestações de massa em que nosso candidato iria firmar compromissos com o fim do regime, contra o continuísmo".

O próprio manifesto do Diretório defende que "o programa mínimo de transição democrática seja o resultado de ampla discussão envolvendo todas as forças organizadas da sociedade civil". Entre as prioridades adianta a convocação da Assembleia Constituinte, o rompimento dos acordos com o FMI, a decretação de moratória unilateral da dívida externa, a autonomia sindical e a livre organização partidária. O documento repudia ainda "qualquer acordo que não tenha a audiência e respaldo do conjunto do partido e que comprometa a trajetória do povo brasileiro".

Problemas da sucessão provocam debates na Executiva do PMDB

O deputado Ulysses Guimarães apresentou à Executiva Nacional do PMDB, reunida em Brasília na quarta-feira, dia 25, os principais pontos acertados entre os líderes oposicionistas e os integrantes da Frente Liberal do PDS para selar o acordo sobre a candidatura Tancredo Neves. Pela reunião, ainda há questões que exigirão um vivo debate no PMDB.

Depois de mais de três horas de discussões, a Executiva peemedebista aprovou os pontos centrais do acordo e recomendou que Ulysses Guimarães conduza as negociações futuras de modo mais firme, procurando preservar, acima de tudo, o tom oposicionista da campanha sucessória. Os deputados Miguel Arraes, Francisco Pinto e o ex-deputado maranhense Renato Archer, representando os setores mais progressistas do partido, fizeram restrições ao rumo dos entendimentos, preocupados com uma possível descaracterização do teor oposicionista da aliança PMDB-Frente.

COMPROMISSO INACETÁVEL

"Este compromisso nós não podemos firmar", afirma Francisco Pinto sobre a solicitação de Aureliano Chaves, de que o golpe de 1964 não seja criticado durante a campanha. "Não passei em baixo de nenhum arco-íris que converte vaca em boi e homem em mulher. Estou convencido de que precisamos combater a chamada Revolução. Não fazer isso será desfigurar totalmente o teor oposicionista da campanha", argumenta o depu-



Reunião da Executiva peemedebista: três horas de discussão sobre os rumos da campanha sucessória

tado baiano.

Com relação ao programa, o deputado Ulysses Guimarães comunicou que apenas alguns pontos ficaram acertados com a Frente Liberal dos dissidentes do PDS. Entre eles destacam-se, na parte político-institucional, a convocação da Constituinte em 1986, eleições diretas em todos os níveis, prerrogativas do Legislativo e reforma partidária. Na parte econômica, o programa prevê a renegociação soberana da dívida externa, reforma tributária, combate à inflação e à recessão, manutenção da economia de mercado com prioridade para a iniciativa privada e nova estrutura fundiária, com o cumprimento do Estatuto da Terra. Na parte social, incluem-se planos de

emergência contra a fome e o desemprego, reformulação das políticas de educação, habitação, saúde e previdência social, liberdade e autonomia sindical.

QUE FAZER DA DÍVIDA?

Na opinião de Francisco Pinto, os pontos apresentados por Ulysses na reunião apresentam falhas e omissões — como por exemplo a questão da política salarial e a defesa das empresas estatais. "Todos sabemos que não pode ser um programa radical, já que será para um governo de transição. Mas também não podemos admitir um programa por demais recuado. Se não podemos ser jacobinos, também não devemos ser girondinos", afirmou o deputado, fazendo uma comparação com a Revolução Francesa

de 1789.

"No caso da dívida externa — acrescentou Francisco Pinto — o programa é de uma generalidade absurda. Afinal, falar em renegociação da dívida, mesmo o Pastore fala e até faz. O que precisamos é investigar as origens da dívida e, enquanto isso, suspender o seu pagamento."

SARNEY GERA POLÊMICA

Outra questão polêmica é a do candidato a vice-presidente. "Alguns queriam que ficasse explícito que nós aceitaríamos qualquer nome indicado pela Frente Liberal. Fomos contra. Aceitamos que a Frente indique o vice-presidente, mas não podemos admitir qualquer nome apresentado. Ficou decidido que o presidente Ulysses Guimarães fará gestões para que o nome indicado tenha trânsito em todos os setores do partido", explicou o parlamentar baiano.

Ficou evidente que o nome do senador José Sarney dificilmente seria admitido pelo conjunto do PMDB.

Foi constituída uma comissão, com os deputados Francisco Pinto, Márcio Braga e Milton Reis, para organizar a Convenção Nacional do PMDB, dias 11 e 12 de agosto, e preparar o início da campanha de Tancredo. Até lá os acertos deverão estar concluídos e caberá à Convenção a palavra final sobre o programa e o candidato à vice-presidência. Daí a expectativa dos setores progressistas de que haja uma intensa participação popular para garantir um tom oposicionista, de combate ao regime militar, durante a campanha eleitoral. (Moacir de Oliveira Filho, de Brasília)



O "fabuloso" Galvão, alegre: "tudo como o FMI mandou"

Governo provoca alta dos preços para atender FMI

Apesar dos vultosos gastos do Governo Federal com propaganda de invejável otimismo na televisão, os preços continuam disparando. A inflação esperada para este mês não ficará abaixo de 12%, segundo estimativas de técnicos do próprio regime; a inflação média calculada entre 25 de junho a 15 de julho foi de 11,5%.

Somente o preço do trigo subiu 51%. A alta é consequência direta do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que impôs a retirada total do subsídio sobre o produto. Até dezembro, novos acréscimos estão previstos para satisfazer o Fundo; os preços do pão, do macarrão e outros produtos ficarão ainda mais insuportáveis.

O arroz também encareceu 20% e já se cogita para breve de novas majorações nos valores para venda da carne (20%), café (25%) e bebidas (20%), entre outras mercadorias. As tarifas dos serviços públicos (água, luz, esgoto, telefone, gás) continuarão em alta para acompanhar a inflação e agradar os banqueiros imperialistas.

No rastro da inflação, várias "metas" estabelecidas pelo Governo com o

FMI foram estouradas. A expansão da chamada base monetária (emissão de moedas) ultrapassou de longe o teto programado (13,5%), chegando a 32,3% no primeiro semestre, enquanto os meios de pagamento (dinheiro em poder do público mais depósitos bancários), aumentaram 38% contra os 12% "previstos" para o período.

Esses índices não abrandaram a satisfação do ministro da Fazenda, Ernane Galvão. "Nós somos fabulosos não somos?", chegou a perguntar Galvão. O ministro explicou que o Brasil não precisará pedir perdão ("waiver") ao FMI, pois tudo foi feito rigorosamente em conformidade com as ordens dos banqueiros. O agravamento da inflação e das condições de vida do povo brasileiro não chegam a preocupar nessa área.

A pressão sobre os preços integra o acordo com o FMI; o combate à inflação, quando muito, fica ao nível da retórica. Por sinal, apesar do serviúismo, o Fundo continua vigilante: na semana passada, a economista Ana Maria Jul teve mais uma vez em Brasília bisbilhotando.

Tribuneiros são presos pela PF em Juazeiro

O engenheiro agrônomo Antônio Fernando Amorim, a sociólogo Adnair França, o secundarista Paulo José Oliveira e o presidente da Associação dos Moradores do Bairro do Maringá, José Roberto Gomes Rodrigues, foram vítimas das mais absurdas arbitrariedades na madrugada do dia 17, quando faziam propaganda da Tribuna Operária em Juazeiro, interior da Bahia. Presos pela Polícia Civil, eles foram encaminhados para a Polícia Federal, onde permaneceram o resto do dia comunicados.

"Fora Figueiredo e o regime militar — candidato único da oposição". Esta era a palavra-de-ordem que os tribuneiros acabavam de pizar num muro da Escola Estadual quando foram detidos. Levados para a delegacia, foram jogados em celas comuns, ficando ao relento, e tiveram que enfrentar as constantes provocações do Cabo Genivaldo. Transferidos para a PF, foram interrogados pelo delegado Natanael, que a todo momento os ameaçava de enquadramento na Lei de Segurança Nacional, vinculando-os ao Partido Comunista do Brasil, sem ter nenhuma prova concreta. A PF ainda ordenou a invasão da residência do engenheiro Antônio Fernando.

A comunidade de Juazeiro repudiou veementemente as arbitrariedades. O advogado José Bandeira se colocou à disposição dos detidos, e o bispo de Juazeiro, Dom José Rodrigues, e várias lideranças populares da região manifestaram imediatamente sua solidariedade aos tribuneiros. (da sucursal)

Aldo Arantes lança livro sobre a AP em Fortaleza

O deputado federal Aldo Arantes (PMDB-Goiás) lançou no último dia 24, em Fortaleza, o livro "História da Ação Popular — da JUC ao PC do B", de sua autoria e de Haroldo Lima. O auditório do Centro Médico Ceará ficou totalmente lotado. Compareceram muitos dos antigos companheiros de movimento estudantil, da época em que Aldo foi presidente da

UNE, e que militaram na AP. Presentes também os deputados federais Paes de Andrade e Iranildo Pereira; os deputados estaduais Manuel Arruda, Barros Pinho e Castelo de Castro — líder da bancada do PMDB na Assembleia Legislativa —; e os vereadores Francisco Lopes, Jurez Leitão, Marcus Fernandes e Gilmar de Oliveira. (da sucursal)



Francisco Pinto: "Não passei pelo arco-íris"; Ulysses: "Um vice identificado com as lutas"

Enclat gaúcho discute a sucessão

O movimento sindical do Rio Grande do Sul realizará nos dias 3, 4 e 5 de agosto um Encontro Estadual das Classes Trabalhadoras (Enclat) unitário, com a presença estimada de mil delegados. Nele serão debatidos dois problemas candentes para os trabalhadores: a reunificação do movimento sindical e a crise da sucessão presidencial.

Para o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, Adão Hagstram, "o Enclat será uma importante tentativa de reunificação do sindicalismo gaúcho. O primeiro passo foi dado com a confirmação do encontro, não havendo problemas nas cúpulas quanto a sua realização. Desta vez todos vão participar". Segundo ele, "precisamos unificar o movimento sindical, aglutinar CUT, Conclat e a grande maioria dos Sindicatos que ainda não participam de nenhuma das duas articulações".

Esta opinião é compartilhada por Mário Provenzi, presidente da Federação dos Trabalhadores na Alimentação: "Os trabalhadores não estão contentes com a divisão, querem que o movimento sindical marche unido. É bom ouvir os de baixo e deixar o cupulismo. Estamos perdendo muito com esta divisão, ficando imobilizados. Se tivéssemos um movimento sindical mais atuante, unido, a força do trabalho seria ouvida, os sindicalistas considerariam mais as expectativas



Freitas: "Realizar um encontro popular para discutir o programa mínimo"

dos trabalhadores".

Provenzi combate também as tentativas de liquidar com a central sindical estadual. Segundo ele, "é preciso ter um organismo que aglutine todas as tendências no Estado, porque a maioria não é de CUT e nem de Conclat, e precisamos ter um fórum unitário". Paulo Paim, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, acrescenta: "O Enclat joga um papel fundamental para a reunificação do movimento sindical não só estadual, como nacional". Ele ressalta que "o clima para a unidade é salutar e

exigido pelas bases".

PROGRAMA MÍNIMO

O Enclat também discutirá a participação dos trabalhadores gaúchos na disputa sucessória. Mário Provenzi afirmou que "um candidato de oposição necessita comprometer-se em realizar eleições diretas em todos os níveis, convocar a constituinte e melhorar as condições de vida dos trabalhadores, com uma nova política, geração de novos empregos e o não pagamento da dívida externa".

Já Paim acredita que "é necessário continuarmos a exigir as

eleições diretas para presidente da República. Se estas não forem possíveis, aí iremos ver as outras formas de luta". Mas defende que desde já os trabalhadores devem apresentar um programa mínimo para o candidato de oposição. "O programa deve incluir eleições diretas, constituinte, liberdade partidária, fim da LSN, suspensão imediata do pagamento da dívida externa e melhores condições de vida e salários para os assalariados".

Adão Hagstram lembra que seu sindicato "sempre foi contrário à participação no Colégio Eleitoral. Fomos às ruas pela diretas". Mas ressalta: "As coisas não andam sempre como se quer. Nós queremos é derrubar o regime militar e se o Colégio é a arma que temos, vamos usá-la".

SINDICATOS UNIDOS

"Para incluir as reivindicações populares no programa do candidato da oposição é preciso que o movimento sindical esteja unido", opina Claudio Viana, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de S. Jerônimo. Por sua vez, José Freitas, líder operário, acha que "diferentemente dos Enclats anteriores, neste surge a possibilidade do movimento sindical, unido, apresentar suas reivindicações sob a forma de indicação para um programa mínimo. Devemos também propor a realização de um grande Encontro Estadual dos partidos de oposição e de entidades populares para debater e aprovar um programa mínimo". (da sucursal)

LUCÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Esforço para isolar o povo

O general Figueiredo afirma que Tancredo Neves não conseguirá deter o avanço das esquerdas — pelos compromissos que terá de assumir para sair como candidato único das oposições. Por outro lado o PT insiste em dizer que, se as forças populares marcharem com um candidato único, estarão cedendo terreno à direita.

LOGO DO REGIME

É uma situação inítrua. O regime ameaça Tancredo, a pretexto da tal esquizofrenia, com o intuito de obrigá-lo a fazer concessões — não só na campanha eleitoral que tem início, como, quem sabe, no futuro governo.

Marx já apontava, no século passado, que a burguesia em suas disputas e obrigada a empurrar as massas trabalhadoras para fazer política e, a contragosto, contribui para elevar o seu nível de consciência. Hoje, no Brasil, a oposição burguesa, para ter forças de enfrentar o aparato do regime, vê a necessidade de recorrer ao apoio do movimento popular.

O regime militar, percebendo isto, passa à ofensiva para tentar alijar o povo e reduzir o embate às fileiras das classes dominantes, nas quais o poder estabelecido tem melhores condições de vitória.

De forma diferente, com um palavreado aparentemente combativo, a social-democracia e os trotsquistas encastelados no PT correm em socorro do governo, tentando isolar os trabalhadores e convencê-los de que "política é coisa de branco". Se fossem ouvidos, conseguiriam fazer com que a situação se resolvesse entre o governo e a oposição burguesa, enquanto o povo restringir-se-ia a organizar atos de protesto.

LIÇÃO DE 1930

Os comunistas tiveram uma experiência não igual, mas semelhante, em 1930, quando a burguesia e os latifundiários disputavam acirradamente o poder, inclusive apelando para as armas. Naquela ocasião, orientados por uma visão estreita, os comunistas consideraram que isto era uma disputa entre as classes dominantes, na qual os trabalhadores não deveriam se imiscuir. Ficaram de fora. Isolaram-se das massas que marcharam com Getúlio porque viram que suas bandeiras democráticas (burguesas porém democráticas) trariam vantagens para o povo.

A revolução de 1930 não teve condições de realizar em profundidade os objetivos a que se propunha — exatamente por falta de uma vanguarda que orientasse as massas para empurrá-la até as últimas consequências. As classes dominantes se compuseram, com uma nova correlação de forças, e somaram esforços na pressão aos trabalhadores.

A revolução não é um episódio súbito, em que de uma só arrancada se resolvem todos os problemas. Tem uma "préparação" mais ou menos pacífica, na qual os oprimidos acumulam forças, aprendem com a própria experiência, conquistam certas posições e arman-se para ações mais energéticas. Para isto os trabalhadores precisam atuar dentro do movimento político em curso e não se marginalizar com proclamações abstratas.

Hoje, o que está na ordem do dia é uma violenta disputa pelo poder, em que os generais teimam em não largar o Palácio do Planalto e as forças democráticas buscam diversas formas para liquidar o regime. Se o instrumento imediato para golpear o regime desloca-se para o Colégio Eleitoral, não há por que vacilar. Este é o meio concreto de dar continuidade à campanha das diretas-já, de restaurar a democracia, exigindo que o presidente escolhido pelas oposições convoque imediatamente uma Assembleia Nacional Constituinte. (Rogério Lustosa)

DE OLHO NO LANCE

Mutuário sofre!...

Além de elevadas prestações, os mutuários do BNH ainda têm de financiar a campanha de Mário Andreatza para presidente da República! Quem levantou esta lebre foi uma alta autoridade do Banco Central.

A artimanha tem como base a resolução 03/84 de 12 de janeiro, baixada pelo Conselho de Administração do BNH. Ela permitiu que as Companhias de Crédito Imobiliário fizessem empréstimo de capital de giro para as empresas de construção civil em dificuldades. Com isto, estas Companhias passaram a ganhar 14% sobre o dinheiro dos depositantes nas cadernetas de poupança, enquanto no esquema anterior só ganhavam 6%. A transação envolve nada mais nada menos que Cr\$ 1 trilhão. Uma parte deste dinheiro, segundo a fonte do Banco Central partidária de Maluf, seria carreado como "benefícios" para a candidatura Andreatza.

Diante da denúncia, o BNH respondeu ofendendo que não se trata de manuseio nenhuma de um trilhão mas apenas Cr\$ 500 bilhões!...

Isso é que vem a ser a causa das brigas entre a panelinha do poder. Imaginem o que eles embolsaram, e continuam embolsando, nas questões em que estão de acordo.

O pesadelo da casa própria

Vânia Moura Ribeiro e Manoel Caçõ Pereira

O que era sonho virou pesadelo. É o que devem estar sentindo, diante do último reajuste de 191,5% decretado pelo BNH, os que acalentaram a ilusão da "casa própria". E não são poucos!

A já desacreditada política habitacional do BNH se não tem neste reajuste, ainda, o seu ponto final, caminha para um transbordamento com sérias consequências de caráter social e político. A questão mais sentida é o desequilíbrio entre os reajustes das prestações da casa própria e os reajustes salariais.

Esse desarranjo fica mais claro quando se comparam os reajustes do salário-mínimo com os da UPC (Unidade Padrão de Capital — "moeda" usada pelo Sistema Financeiro de Habitação para dimensionar os financiamentos da casa própria). Em julho, o salário-mínimo foi reajustado em 170,4% e a UPC em 191,5%, ou seja, 21% a mais. Como o salário-mínimo é reajustado de seis em seis meses e a UPC de três em três meses, dá para sentir que é uma verdadeira corrida entre uma tartaruga e um automóvel.

Resultado deste descompasso: o número oficial, abaixo do real, de mutuários inadimplentes (que não estão pagando as prestações) é hoje de aproximadamente 600 mil — isto é, 15% do total. E, segundo o presidente do BNH, Nelson da Maita, "no que diz respeito aos repasses do BNH para programas de cooperativas, essa inadimplência cresce para 55,3%". Seme-se a isto um milhão de unidades que foram tomadas por falta de pagamento e estão na mão do BNH.

Enquanto isto, acontece um fenômeno estranho: a fila de compradores de casas do BNH continua crescendo. Só em São Paulo, na Cohab, em julho de 1983, havia uma fila de 360 mil pretendentes — ao passo que o BNH tem um estoque de mais de 200 mil unidades residenciais que não consegue vender. Milhares querem comprar, mas não reúnem condições para isto.

Para escoar um "enche" tão grande, o BNH criou a fórmula do leasing, um arrendamento por cinco anos — com prestações mais baixas que as normais da casa própria, porém reajustadas com os mesmos índices —, ao final dos quais a pessoa pode comprar o imóvel, entrando as mensalidades já quitadas con parte do pagamento total. Entretanto, segundo as regras do BNH, esta quantia paga em cinco anos equivaleria a apenas 10% do valor do imóvel. Parece piada mas é sério. No fundo esta invenção do leasing é

uma confissão evidente de que morar em casa alugada é mais barato hoje do que pagar as prestações do Sistema Financeiro de Habitação.

Esta situação é fruto de duas políticas do mesmo governo: uma salarial, que arrocha os trabalhadores, e a outra habitacional, que quer lucros para as grandes construtoras e para os grupos financeiros — lucros que saem dos salários.

Diante de tudo isto, como ficam as ameaças do presidente do BNH, de tomar a casa de quem não pagar? Puro "papo", como diz o povo. Com este último maxi-reajuste, quando a maioria dos mutuários não puder pagar, como será possível tomar todas as suas casas se já existe mais de 1 milhão de casas que foram retomadas e que não têm como serem vendidas? O próprio presidente do BNH, dias antes de arregaçar os dentes com ameaças, havia dito: "A última coisa que interessa ao sistema é receber as casas de volta" (revista *Senhor*, nº 166).

A política habitacional do governo e do BNH em particular surgiu, na verdade, não para resolver o problema da moradia ou para colaborar com uma justa linha de urbanização. Seus objetivos são outros. Visam os interesses do capital financeiro, dos grupos econômicos que atuam na construção civil e na especulação imobiliária. Alem disto, secundariamente, procuram esfriar os movimentos populares com promessas de melhores condições de vida e com o sonho de uma casa própria. Não é por acaso que, na mesma época do surgimento do BNH, o regime criou também o IBRA, que depois passou a INCRÁ, prometendo terra para os homens do campo.

Hoje, o BNH e o INCRÁ estão em bancarota e a população do campo e da cidade continua sem ver os seus problemas de moradia e de terra resolvidos. Muito pelo contrário, esses problemas tornaram-se mais graves.



Foto: Agência TO

Ao lado dos conjuntos, em geral vazios, multiplicam-se as favelas

Mutuário: um "aliado da ordem"?

Além de instrumento do capital, a política habitacional do regime militar tem duas características importantes. Por um lado, procura esfriar os movimentos populares com paliativos (apagar o incêndio) e, se possível, obter apoio, pelo menos a simpatia, destes setores para os governos dos generais. A segunda, é a utilização da "ideologia da casa própria" para desviar a atenção do povo dos seus problemas centrais.

Roberto Campos, um dos expoentes da direita brasileira, e representante fiel do imperialismo, dizia claramente num seminário sobre

o Plano Nacional de Habitação, em São Paulo, em 1966: "A solução do problema pela casa própria tem essa particular atração de criar o estímulo de poupança, que de outra forma não existiria, e contribui muito mais para a estabilidade social do que o imóvel de aluguel. O proprietário de casa própria pensa duas vezes antes de se meter em arruaças ou depredar propriedades alheias e torna-se um aliado da ordem (grifos nossos).

Já em 1872, Engels reafirmava esta ideia da burguesia de que o operário, ao adquirir sua casa, passava ad-

ra a categoria dos proprietários, transformando-se em burguês. Os fundadores do socialismo científico retrucavam que burguês é o proprietário dos meios de produção, das fábricas, das terras. A casa não produz nada, é uma mercadoria como outro qualquer.

Engels afirmava ainda que "a penúria da habitação não é mais do que um dos inúmeros males menores e secundários originados pelo atual modo de produção capitalista... O mal fundamental a ser suprimido é a própria exploração dos operários, com a abolição do modo de produção capitalista".

BNH: fonte de lucro e de corrupção

Segundo fontes do próprio BNH, de 1964 a 1984 as habitações financiadas pelo Sistema Financeiro de Habitação para o mercado popular (de um a três salários-mínimos até 1974 e de um a cinco salários a partir de 1975) somam pouco mais de um milhão. E destas, 700 mil estão na faixa mais alta, de três a cinco salários. Essa é a fatia do bolo recebida pelo povo nos 20 anos de regime militar.

Quando se sabe que cerca de dois terços dos trabalhadores recebem até três salários-mínimos (78% da mão-de-obra ativa), fica fácil entender por que crescem as favelas e as invasões de terras e de conjuntos habitacionais vazios. Só na cidade de São Paulo, segundo dados oficiais, existem mais de quatro milhões de pessoas morando em cortiços. Enquanto a população do município cresceu 44% entre 1970 e 1980, o número de favelados aumentou 446%.

LUCROS E CORRUPÇÃO

E foi em nome dos "objetivos sociais" de atendimento das camadas populares que o regime militar colocou à disposição do BNH, a partir de 1966, os recursos

dos trabalhadores depositados pelo FGTS. Para se ter uma ideia do volume desse dinheiro, o BNH se tornou — depois de receber os recursos do FGTS — o segundo banco do país, só superado pelo Banco do Brasil. Entretanto, revelando os verdadeiros objetivos para os quais foi criado, o BNH transformou-se num "banco de segunda linha". Isto é, não financia diretamente seus programas, repassa "seus" recursos para os agentes privados, que os gerenciam — e têm lucros tentadores.

Dessa maneira, o sistema financeiro tornou-se a pedra angular da política habitacional, criando um fortíssimo grupo de pressão, atuando na política e na economia, englobando os interesses dos bancos, financeiras, associações de poupança e crédito imobiliário. Quanto à moradia do trabalhador... Bem, ainda tem quem acredite nisto com esse governo?

De quebra este monstronismo transformou-se também numa fonte inesgotável de corrupção. Basta citar os escândalos da Delfin, da Haspa, da Coroa Brastel e vai por aí.



Mutuários organizam-se para defender o direito elementar de um teto para morar

Trabalhadores buscam soluções

O grande inimigo dos mutuários não é simplesmente o BNH, mas o regime militar, cumpridor das ordens ditadas pelo FMI, responsável direto pela miséria do povo. Daí a importância das palavras de João Batista Lemos, presidente da Associação União e Luta dos Moradores do Centreville, em Santo André, durante a comemoração do 2º aniversário de ocupação do conjunto habitacional: "Olha gente!" — diz ele. — "Se não acabarmos com esse regime que aí está, vamos acabar tendo que vender as casas que conquistamos para ir morar na favela de novo".

A moradia é um dos temas debatidos com mais atenção em vários encon-

tro e congressos de trabalhadores e mutuários. Todos eles condenam a prática atual do BNH e os aumentos escorredores das prestações da casa própria. Na I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, realizada em agosto de 1981, na Praia Grande, aprovou-se a proposta do congelamento dos aluguéis e prestações das habitações populares. No V Encontro Nacional de Mutuários, realizado em Recife, em março deste ano, foi deliberado lutar para transformar o BNH em entidade de ação social e não financeira.

Mas na luta do dia-a-dia o povo vai se mobilizando para aplicar algumas medidas que solucionem de imediato seus problemas habi-

tacionais mais prementes. No aspecto jurídico, a principal luta é pela aplicação de uma ampla reforma urbana que regulamente o uso e a posse do solo. A atual legislação permite acontecerem casos absurdos, como na cidade de São Paulo: 40% de seu espaço urbano ocupado por lotes vazios.

A cada ano também vão crescendo as ocupações de terras urbanas não utilizadas e de conjuntos habitacionais não habitados. Nestas experiências de trabalho coletivo, seja no esquema de cooperativas ou de mutirões, descobrem-se resultados surpreendentes. Nestas construções coletivas, a obra geralmente sai mais barata e com uma qualidade bem superior às do BNH.



Assembleia de funcionários e servidores em Curitiba: em todas elas uma grande combatividade

Pressão do governo não pôs fim à greve nas autárquicas

As ameaças de punição do governo federal contra professores e servidores das universidades federais autárquicas — em greve desde 15 de maio — não surtiram efeito. Nas 32 entidades de ensino superior, os docentes continuam totalmente paralisados em 26 e os funcionários em 18. Fracassou também a tentativa da ministra da Educação de utilizar reitores para punir grevistas.

A ministra da Educação e Cultura Maria Esther Ferraz tem se mantido totalmente insensível à comunidade universitária, negando-se a atender às reivindicações dos grevistas e a abrir caminho para o diálogo. No dia 24, na reunião do CRUB (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras), em Campo Grande, ela fez um patético pronunciamento exigindo que os reitores usem "de todo o seu poder de convicção" para que os professores e servidores voltem ao trabalho. Mas os reitores já haviam afirmado que não eram patrões e não iriam punir seus pares.

Jandira Feghali, presi-

dente da Associação Nacional dos Médicos Residentes, — que também estão em greve junto com os autárquicos — ressaltou: "O comportamento da ministra Esther Ferraz para com professores e servidores reflete o caráter autoritário, arbitrário do regime e total irresponsabilidade com a Educação e a Saúde, paralisando as universidades brasileiras e mantendo fechado grande número de hospitais universitários, privando a população dos direitos que seriam prioritários em qualquer regime democrático".

VITÓRIA É POSSÍVEL
Apesar de toda a pressão contra os grevistas, Jandira Feghali acha que "é possí-

vel obter-se vitórias nesse regime". E cita o exemplo da recente greve nacional de dois meses dos médicos residentes. De 2,8 salários-mínimos por até 80 horas de trabalho, passaram a receber mais de quatro salários, incluindo reajustes semestrais.

DEFESA DA UNIVERSIDADE

Professores e servidores estão tentando o diálogo para se chegar a um consenso, mas esbarram na intransigência do MEC. Carlos Martins, um dos diretores da Associação Nacional dos Docentes no Ensino Superior (Andes) explica o posicionamento da sua categoria: "O governo, por uma questão de intransigência política, está tentando asfixiar o movimento de todas as formas. Nós já modificamos a pauta de reivindicações, abrimos mão de vários benefícios, mas não estamos tendo qualquer aceno de novo diálogo".

"Estamos lutando contra

a destruição da universidade brasileira. E preciso que todos fiquem sabendo que um imenso patrimônio cultural e científico está sendo dilapidado pela política governamental" ressaltou Osvaldo Gianotti Filho, da Associação Paulista de Medicina. Por sua vez, a Andes denuncia o dedo do Fundo Monetário Internacional nesta crise da universidade: "É a suspensão de todas as verbas para manutenção de pessoal e custeio das instituições autárquicas de ensino — o objetivo de satisfazer ao corte de gastos públicos imposto pelo FMI".

Em todas as assembleias realizadas nas grandes universidades federais autárquicas o grau de combatividade dos professores e servidores tem sido muito grande. Na assembleia da Universidade Federal de Minas Gerais, realizada a semana passada, um humilde servidor declarou: "É preferível morrer lutando a morrer de fome". E os grevistas têm razão de estar lutando. De janeiro de 1979 a abril deste ano os professores tiveram uma perda salarial de 103%, enquanto que para os servidores esta erosão foi maior: 167%. Maria José Ribeiro, presidente da Andes denuncia que "há uma política deliberada do governo de destruir a universidade pública, e isso começa pela asfixia salarial".

A cada ano o Estado vem se desobrigando da educação superior. Há duas décadas dois terços dos estudantes universitários cursavam as faculdades públicas e hoje, de 1,4 milhão que estão na universidade, apenas 350 mil estão matriculados no ensino público. Já foram fechados 13 hospitais universitários por absoluta falta de condições materiais.

(D. Abreu e F. Tolentino)



Tres mulheres comandam a greve: Maria José, Vânia e Jandira

Metalúrgicos elegem chapa 2 em Minas

A chapa 2 confirmou sua vitória no segundo escrutínio das eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, realizado de 16 a 19 de julho. O resultado final apontou 5.173 votos para ela, contra 3.605 dados à chapa 1. A diferença total em relação ao primeiro escrutínio foi ampliada em 848 votos.

A vitória da chapa 2 reflete, fundamentalmente, a insatisfação da categoria com a crise que se abateu sobre ela nos últimos anos, fruto da política antiooperária e antipopular levada a efeito pelo regime militar. Somente a partir de 1981, 15 mil metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem foram colocados na base da categoria de 60 para 45 mil trabalhadores. Esta insatis-

fação foi projetada para a diretoria do Sindicato, que não foi capaz de canalizá-la para a luta e teve a prática predominantemente imobilista.

A chapa 1 ficou caracterizada para a categoria como o continuísmo da atual gestão do Sindicato. Esta visão é parcialmente correta, na medida em que na sua composição continuam em muitos cargos-chave elementos sem compromisso de luta, alguns dos quais até mesmo incompatibilizados com a massa. Por outro lado, ela expressou uma renovação bastante limitada, incorporando apenas 4 novos metalúrgicos provados nas lutas e na ação sindical — e assim mesmo em posições secundárias. A categoria não conseguiu entender o porquê da

participação, nesta chapa, de forças que em eleições anteriores sempre concorreram pela oposição. E o caso de Zé Vieira, candidato a presidente da chapa 2 em 1981.

Outra importante causa da derrota foi a excessiva confiança da chapa 1, que no espírito do "já ganhou" praticamente não fez campanha no 1º escrutínio. Isso sem falar que foram reproduzidos por boa parte dos componentes da chapa, métodos clientelistas; propostas assistencialistas; propostas sobre uma visão que privilegiasse o sentimento oposicionista da massa e a necessidade do combate político para resolver seus problemas mais angustiantes.

A vitória da chapa 2 não significa que seus componentes tenham real repre-

sentatividade na categoria. Ao contrário, nunca estiveram na linha de frente de suas lutas, nem participaram efetivamente da vida do Sindicato. Não representaram tampouco o apoio dos metalúrgicos às concepções estreitas e divisionistas que dão o seu colorido. Ela expressa o desejo de mudança demagógicamente capitalizado pela chapa 2.

Resta agora à categoria e aos seus setores mais combativos retirar as lições dessa batalha e garantir a sua unidade na luta. O primeiro passo é o desenvolvimento de uma vigorosa campanha salarial, em vias de ser iniciada, com a organização dos operários nas fábricas e a unificação através de sua entidade, o Sindicato. (da sucursal)

I Encontro Nacional de distribuidores de derivados de petróleo

Entre 20 e 21 de julho realizou-se na Praia Grande, em São Paulo o I Encontro Nacional de Distribuidores de Derivados de Petróleo. Logo de saída, um resultado animador: todos os 17 sindicatos da categoria nos Estados estiveram presentes, além das Federações Nacional e de São Paulo. A Conclat e diversos sindicatos da Baixada Santista deram apoio.

No encontro de "oposição à Federação" realizado no ano passado em Curitiba, o Sindicato de São Paulo propôs a reunião unitária, logo aprovada e em seguida encampada pela Federação Nacional. Também foram convidados os Sindicatos de Condutores de Veículos ligados diretamente à distribuição de gás. Cinco deles estiveram em Praia Grande. A amplitude foi um dos ingredientes para o sucesso do Encontro Nacional.

Predominou em todos os debates a crítica à exploração e à convivência do regime. O Sindicato de São Paulo liderou, junto com os do Paraná e do Rio, a apresentação das propostas combativas, isolando diretorias acomodadas ou abertamente reacionárias, como a da Bahia. Quase todas as propostas foram aprovadas por unanimidade. "Quem venceu foi a categoria" — afirmou Francisco, diretor do Sindicato de São Paulo.

CATEGORIA SE LEVANTA

As 19 entidades presentes decidiram lutar pela unificação da base e da campanha salarial, com pauta de reivindicações aprovada por todos os Estados. Querem um piso salarial em todo o país, para frentistas e gaseiros. Exigem a implantação de regime de 2 turnos nos postos e a extinção do comércio clandestino de botijões pelos "pirangueiros". Combatem a locação de mão-de-obra nas distribuidoras de derivados e o não cumprimento das convenções por empresários beneficiados por nepotismo, como os gerais da direção do Touring Club.

Foi eleita uma comissão coordenadora que executará as resoluções aprovadas no Encontro programado para outubro, no Rio. Os presentes fizeram duras críticas à divisão do movimento sindical em duas centrais.

Para Carlos Mendes, presidente do Sindicato do Paraná, o traço marcante do evento foi a unidade: "É o início de um movimento que vai acabar com o imobilismo dos últimos anos".

EXPLORAÇÃO DESUMANA

Os trabalhadores da categoria estão diretamente ligados a um dos ramos econômicos mais poderosos, dominado pelas multinacionais e monopólios brasileiros. "Frentistas" de postos de gasolina, trabalhadores de grandes depósitos de combustíveis ou "gaseiros" encarregam-se de distribuir ao público boa parte do petróleo refinado do país — em particular toda a gasolina, o diesel e inclusive o álcool. São também distribuidores do gás liquefeito de petróleo usado na cozinha. De importância fundamental para nossa economia, são considerados pelo governo "indispensáveis à segurança nacional".

A legislação repressiva dos gerais os impede de fazer greve sob pena de intervenção nos sindicatos. Além disso, são vítimas de uma exploração desumana. Boa parte não é sequer registrada em carteira, não recebe o salário-mínimo e não tem direito ao INPS. Nos postos de gasolina e nas distribuidoras de gás engarrafado a vida útil na produção é curta. O trabalhador desenvolve esforço físico intenso, caminhando vários quilômetros por dia, no caso do "frentista", ou movimentando pesadas cargas, no caso do "gaseiro" sempre sujeito a sol e chuva, sem dispor de proteção.

As profissões não são regulamentadas. Embora os postos de gasolina funcionem 14 horas por dia, o regime de trabalho é de apenas um tur-

Pelegos e PT fraudam eleição no Grande ABC

A chapa 1 — da situação — ligada estreitamente às empresas e liderada por João Danino usou de fraude e violência física para vencer por 137 votos as eleições para o Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Derivados de Petróleo do Grande ABC.

Foi a primeira vez, em mais de dez anos, que a Oposição conseguiu registrar uma chapa, pois o pelego João Danino sempre escondeu dos trabalhadores o edital de convocação de eleição. Na chapa 1 encontra-se o que existe de pior e mais podre no movimento sindical: além dos pelegos, pessoas ligadas ao Ministério do Trabalho, malufistas e dedos-duros. Esta chapa foi apoiada abertamente por elementos ligados ao Partido dos Trabalhadores e à Comissão de Desempregados de São Bernardo do Campo, Sebastião e Negão, desta Comissão, e mais de uma dezena de ativistas do PT que acobertaram o pelego e o roubo de uma das urnas que deu "vitória" à chapa 1.

Já a chapa 2, Renovação e Trabalho, era composta por trabalhadores honestos que tinham uma proposta de renovar o Sindicato e transformá-lo num instrumento de luta e união da classe. A chapa 2 foi favorita nas grandes empresas (Liquigás, Ultragás e Minasgás), onde concentra-se o maior número de votantes da categoria. No primeiro escrutínio perdeu por apenas 19 votos, pois o pelego impediu que mais de 40 companheiros das Minasgás votassem. No segundo escrutínio, realizado dia 24, João Danino e sua tropa trocaram a urna da Ultragás com o primeiro escrutínio (tinha dado 114 votos para a Oposição contra 56 para a chapa 1. Misteriosamente, quando se abriu a urna no 2º escrutínio, a situação teve 105 votos contra 65 para a Oposição. A troca de urna se deu na entrada do Sindicato, durante um grande tumulto provocado pelos ativistas do PT e marginais contratados por Danino. Toda a operação foi controlada por Miguel Parente, advogado malufista com grande experiência em fraudar eleições sindicais. A operação foi tão bem feita que só foi percebida a troca da urna quando apurada. A revolta na porta do Sindicato era grande por parte dos trabalhadores.

no, cumprido integralmente pelos frentistas. Com os gaseiros a jornada chega a atingir 17 horas e as horas extras não são pagas. Para fazer jus a um "prêmio" de Cr\$ 35.000,00 por mês, os gaseiros precisam vender 285 botijões por dia, 7.120 por mês! Por isso mesmo são presa fácil de devess na coluna, fraturas e esmagamentos de ossos. Com capacidade de trabalho reduzida seu destino é a demissão. Raríssimos atingem a aposentadoria. O trabalhador esgotado é substituído por um mais jovem.

(Antônio Martins)



Tribuna Operária

Metalúrgicos! Depois da eleição TODOS JUNTOS CONTRA GOVERNO E PATRÕES!

Devido ao intenso envolvimento da Tribuna Operária na campanha eleitoral para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, nesta semana distribuímos um boletim extra, para apresentar à categoria uma primeira apreciação rápida sobre a vitória da Chapa 1 e sobre as tarefas imediatas para reforçar a unidade dos operários. Brevemente pretendemos fazer uma avaliação mais profunda desta batalha e da nova situação no Sindicato.

Renildo Souza lança livro sobre greves

O secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia, Renildo Souza — destacado militante do movimento operário —, lançou dia 23 o seu livro "Greves Operárias na Bahia — História Recente", que conta de forma didática e viva a experiência do movimento grevista baiano durante o ano de 1983.

"Ocorre, então, um expressivo número de greves operárias, que serão relatadas no livro", explica Renildo. "Todas as experiências foram analisadas de um ponto de vista rigorosamente classista", que destacou o papel desempenhado pelas lideranças de fábrica, além do desempenho das diretorias dos sindicatos, justiça trabalhista, repressão policial, a consequência do atrelamento das entidades ao Ministério do Trabalho entre outros fatores.

Renildo Souza considera a greve um instrumento poderoso, de eficácia comprovada, no combate entre capital e trabalho. "É uma linguagem, aliás das poucas, que os patrões entendem. Os operários com os braços cruzados, as máquinas paradas, sem que haja produção e sofrendo prejuízos, tornam os patrões mais sensíveis às reivindicações dos trabalhadores", argumenta.

Com a greve, acrescenta Renildo, "os operários desenvolvem o sentimento de classe, descobrem quem são seus aliados e quem são seus inimigos de classe, preparando-se para embates maiores". (da sucursal)

Sindicalistas perseguidos em Niterói

A Companhia de Comércio e Navegação, de Niterói, suspendeu arbitrariamente, por 30 dias, os diretores de base do Sindicato dos Metalúrgicos, Edson de Souza, Paulo Roberto de Oliveira e Sérgio Monteiro. O crime dos sindicalistas: realizarem uma reunião na empresa para discutir as demissões na Companhia. Os patrões mobilizaram todos os chefes de seção, engenheiros, técnicos e diretores para impedir a assembleia operária. Mesmo assim mais de 600 trabalhadores atenderam à convocação dos sindicalistas.

Agora, Sindicato e operários exigem o retorno imediato à base de seus líderes punidos. (Edson de Souza, da sucursal)

Vitória dos jornalheiros em Fortaleza

Os jornalheiros de bancas de jornais e revistas de Fortaleza obtiveram uma grandiosa vitória, na última semana, após uma greve de mais de 15 dias reivindicando o percentual de 30% sobre cada jornal vendido. Os jornalheiros dobraram a arrogância dos patrões, conquistando seus direitos. A Tribuna Operária, que apoiou a greve, teve sua vendagem redobrada durante o período de paralisação, demonstrando o reconhecimento da categoria à solidariedade prestada pela imprensa operária.

Considerando a justiça das reivindicações da categoria, a sucursal da TO foi a primeira a conceder os 30% e apoiar firmemente esta luta, ressaltando que solidariedade se dá de trabalhador para trabalhador, e repudiando a reação dos grandes jornais à greve deflagrada pela categoria. (da sucursal)

Metalúrgicos de S. Paulo partem para nova fase no Sindicato

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, com 330 mil operários na base, tem nova diretoria. A Chapa 1, *Unidade na Luta*, venceu as eleições sindicais: teve 22.462 votos, contra 19.348 da Chapa 2. "Um, dois, três, quatro, cinco, mil, viva a unidade operária do Brasil", gritaram os apoiadores da chapa vitoriosa, demonstrando seu espírito unitário.

Após a divulgação dos resultados da apuração, no dia 20, os 500 operários que lotaram uma lateral do Ginásio Poliesportivo do Ibirapuera deram uma primeira demonstração da vitalidade da chapa vencedora: saíram em passeata, tomando a avenida Brigadeiro Luís Antônio por cerca de uma hora. As palavras de ordem, gritadas com garra e alegria, visavam o governo ("Agora, já, fora Figueiredo e o regime militar") e defendiam a unidade dos metalúrgicos e dos trabalhadores brasileiros.

"ACABARAM AS CHAPAS"

A defesa da unidade, principal proposta da Chapa 1, deve pautar a nova gestão. Apesar da disputa eleitoral acirrada, com as pancadarias e calúnias promovidas pela Chapa 2, os diretores recém-eleitos pretendem unir a categoria, fortalecer o Sindicato e organizar os operários nas fábricas, impulsionando suas lutas. "Agora é o momento de toda a categoria estar junta, unida", raciocina Mariazinha, membro do novo Conselho Fiscal. Para ela, "não existe mais Chapa 1 e Chapa 2. Somos todos metalúrgicos, explorados pelos mesmos patrões e pelo governo. Precisamos nos unir em torno do nosso órgão de luta".

Já para alguns membros mais sectários da chapa derrotada, a disputa eleitoral não terminou. "A partir de agora os metalúrgicos terão uma diretoria sentada na sede do Sindicato —



Mariazinha: "Momento de toda categoria se unir"; Neleu: "Eles não têm base organizada nas fábricas"

a Chapa 1 — e uma direção do movimento sindical nas fábricas — a Chapa 2", afirmou Hélio Bombardi, cabeçador da Chapa 2 e membro da Pastoral Operária.

"Esta posição mostra como eles são divisionistas, anti-Sindicato", afirma Neleu Alves, membro da nova diretoria. "A maioria dos operários escolheu a Chapa 1. Agora acabaram as chapas e o instrumento de luta da categoria é a nossa entidade. Os operários sabem disto, respeitam o Sindicato — acima das divergências com a diretoria". Neleu ainda ironiza: "Esse negócio de duas direções é piada, vai ficar na vontade. Esta semana ocorreram três greves na capital e o pessoal do Hélio não dirigiu nada, nem ficou sabendo das paralisações".

João Carlos Gonçalves, o Juruno membro da nova diretoria e filiado ao PT, lembra que "a Chapa 2 não é um pensamento uniforme. Alguns de seus membros atuam dentro do Sindicato, outros defendem o paralelismo sindical. Num momento de crise, de de-

semprego e arrocho é hora de juntar forças em torno do Sindicato e não de ficar dividindo".

"DESEJO DE MUDANÇAS"

A votação expressiva que a Chapa 2 obteve nas fábricas surpreendeu seus próprios membros, que admitiam a derrota logo no primeiro escrutínio. "Estes votos da chapa 2 expressam o sentimento oposicionista dos metalúrgicos, que não agüentam mais a situação de desemprego, de governo militar", explica Geraldino dos Santos, integrante da nova diretoria. Neleu concorda, mas acrescenta: "Foi um voto oposicionista, mas espontâneo. A Chapa 2 não tem toda esta base sindical organizada nas fábricas". Para ele, "a categoria quer mudanças, não agüenta mais a situação de miséria. E a chapa derrotada passou a ideia da oposição, inclusive mentindo, dizendo que era só ganhar que teríamos estabilidade, salários melhores".

Mariazinha, que fará seu segundo mandato no Sindicato, analisa este sentimento de mudanças como "positivo". Mostra que o povo não é cínico, quer mudanças já, quer um cardeto de luta". E levanta mais um dado: "Ocorre que até pouco tempo o Sindicato estava acomodado, adorme-

cido. Só avançou nestes últimos três anos e isto é pouco tempo, serviu como treinamento. Por isto a categoria estava desconfiada".

Cicero de Freitas, que também fará sua segunda gestão, acrescenta: "A categoria quer mudanças e nos temos que mudar, mas para melhor e não para pior. Temos que ampliar a conscientização, organizar as comissões de fábrica. Acabou a eleição e desapareceram as chapas, mas a categoria deve cobrar da gente um sindicato mais atuante. É um direito dela".

CONGRESSO E CAMPANHA

A nova diretoria já tem duas importantes tarefas pela frente. Nos dias 14, 15 e 16 de setembro realiza-se o 7º Congresso dos Metalúrgicos, conforme proposta da chapa vitoriosa. Ponto alto da democracia sindical, os operários discutirão as teses e elegerão seus delegados no interior das fábricas. No encontro, abordarão seus problemas específicos, tomarão posição de luta contra o governo antiooperário e analisarão suas formas de luta e organização. Será um importante passo no rumo da campanha salarial, em novembro, que, para romper com a intransigência dos patrões e do governo, terá de ser massiva e unitária. (Altamiro Borges)

Mais de 40 mil votaram contra governo e patrões

"Pela fábrica onde eu trabalho, a Metal Leve (2.500 metalúrgicos, mais de mil sindicalizados), posso dizer que a eleição no nosso Sindicato não dividiu a categoria. A base está unida. A votação na Metal Leve foi bem equilibrada, mas no dia seguinte à apuração o clima já era de bola para frente, com muitos companheiros nos cumprimentando e outros, que não eram sócios, querendo entrar para o Sindicato.

Nós somos uma classe só, a classe operária. As chapas e as diretorias vêm e vão, mas a classe permanece, a categoria permanece, o Sindicato permanece. Por isso, acabada a eleição, acaba essa conversa de Chapa 1 e Chapa 2. Temos que estar unidos de novo, pois nossos inimigos não descansam.

Na hora de pedir produção ou demitir, o patrão não pergunta quem votou na Chapa 1 ou na 2. Só vê o lucro dele. O governo também não pergunta quando aplica em cima de nós a política de fome do FMI. Então, se baixarmos a guarda, seremos incapazes de defender nossos direitos.

A unidade se dá em torno do Sindicato e de acordo com a vontade da categoria. Nossa tarefa, como diretoria recém-eleita, é conduzir as lutas dos metalúrgicos obedecendo a essa vontade soberana, já que o mandato não nos pertence mas foi confiado a nós pela categoria.

A vontade dos metalúrgicos já ficou bastante clara nesta eleição. Foram mais de 40 mil votos com forte sentimento oposicionista, contra o governo e os patrões. Uns votaram na Chapa 1, contra os patrões e o governo. Outros preferiram a Chapa 2, também querendo votar contra os patrões e o governo. Neste ponto a unanimidade é praticamente total.

Deste processo sai uma diretoria comprometida com este sentimento, e renovada, consciente de que o Sindicato precisa mudar, avançar mais. O desejo de mudança de tantos companheiros é altamente positivo e será com base nele que todos nós construiremos um Sindicato mais forte, mais enraizado nas fábricas, mais prestigioso, democrático e aberto à participação dos 300 mil metalúrgicos de nossa base.

Sabemos que nossa gestão não vai ser fácil. Quem analisa a situação do Brasil sabe que a crise deve-



PONTO DE VISTA SINDICAL
Eustáquio Vital
2º secretário eleito do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo

rá se agravar. Estão aí novas demissões para provar. Nós vamos ter que fazer um esforço extraordinário, de unidade e de luta, se quisermos defender nossos direitos. E mais ainda se pretendemos de fato mudar o regime político do país, conquistar a liberdade, acabar com a estrutura fascista que amarra os Sindicatos — e seguir adiante, até pôr fim à exploração do homem pelo homem.

Por isso, o que oferecemos a cada metalúrgico de São Paulo neste início de gestão não são promessas. É um posto de trabalho e de luta, em defesa da categoria e do Sindicato. Chamamos todos os companheiros antes de mais nada a entrarem para o Sindicato; a frequentarem as subseções; a participarem ativamente da preparação do 7º Congresso dos Metalúrgicos que se aproxima; a trazerem para dentro do Sindicato os problemas que surgem dentro da fábrica; a organizarem os companheiros para que nossa força aumente sempre. Não adianta criticar de fora. O que precisamos é de gente disposta a arrastar as mangas e ajudar a mudar o Sindicato, para melhor, junto com a gente.

No momento mesmo em que escrevemos estas linhas, na Zona Sul, onde atuamos, estouraram duas em Taiti. E em cima destas e de muitas outras lutas, pequenas e grandes, que estamos decididos a realizar nossa gestão à frente do Sindicato. E para levá-las à vitória que contamos com o apoio de todos os companheiros.



Operários comemoram a vitória, mas querem maior avanço no Sindicato.

"Melhorar a ação sindical"

Após uma árdua campanha eleitoral e um longo e tenso dia de apuração dos votos, na sexta-feira, dezenas de operários explodiram de contentamento com a vitória da Chapa 1 nas eleições dos metalúrgicos paulistas. Mas a empolgante vitória da *Unidade na Luta* não abateu os seus apoiadores. Todos sentiram que não foi um pleito tranquilo. A Tribuna Operária consultou algumas lideranças operárias sobre o assunto.

LUTAR PELA UNIDADE

Para Wilson Rodrigues, ativista da Zona Leste, o importante agora é forjar a unidade da categoria em torno do Sindicato. "Quem defendeu o programa da Chapa 1 nunca defendeu a divisão da categoria. Mesmo quando a Chapa 2 apelou para a violência, a gente só fez se defender. Sabíamos que era uma eleição acirrada, mas que amanhã estaríamos todos juntos no mesmo barco, na luta contra os patrões e o governo. Afinal, somos todos operários. Agora, terminada a eleição, temos que ser os mais firmes na defesa da unidade. Não interessa quem votou na 2, quem trabalhou nela e quem fez parte dela. Interessa que são metalúrgicos e que são unidos no Sindicato boicotamos a divisão".

Bastante animado "com a derrota das propostas de esfacelamento e divisão do Sindicato", Elísio Vieira, respeitado líder sindical, diz que a Chapa 2 obteve tantos votos devido a erros na ação sindical da diretoria. "Nas portas das fábricas sempre com muitos diretores não de-

sempenharam bem seu papel. Faziam pequenos grupos de amigos, mas não organizavam as fábricas. É fundamental mudar os métodos de trabalho. Ser mais ofensivo, ousado, mais oposicionista contra o governo. Não adianta apenas conquistar melhorias, a organização da categoria para lutas maiores torna-se imprescindível".

Uma liderança da Mapri afirma que "o sentimento oposicionista existente na categoria é positivo e a nova diretoria deve saber aproveitá-lo, melhorando o seu nível de atuação, abrindo mais subseções, transformando as existentes em centros da luta operária, com atividades diárias. Há ainda imobilismo e cupulismo, o que necessita ser rompido".

Maria do Socorro, a Socorrihno da Zona Oeste, lembra que "o fato do Joaquinção estar há vinte anos na presidência do Sindicato pesou muito. Como ele encabeçou a chapa, muita gente de oposição o abraçou. Não viu que a Chapa 1 era a chapa de renovação". Ela acrescenta: "Muitos diretores ainda seguravam as lutas, faziam acordos com patrões após uma pequena mobilização. Isto não adianta: é importante tirar consequências das lutas específicas, aproveitá-las para aumentar a organização nas fábricas". Por último, Socorrihno acha que "o Sindicato precisa jogar mais peso na luta política, mostrando aos operários que a luta econômica está subordinada à política que não se vai resolver nada nos marcos do governo militar".



Primeira greve da Cacique em 25 anos

No dia 11 de julho, às 18 horas, as máquinas da Companhia Cacique de Café Solúvel — a maior empresa do ramo na América Latina — pararam. Foi a primeira greve que os operários da Cacique fizeram nos 25 anos da empresa.

Todos os setores de produção e manutenção foram paralisados. O prejuízo foi "incalculável depois do exército de 600 homens de braços cruzados", como afirmou um dos operários que arrematou: "Antigamente era honra dizer 'eu sou funcionário da Cacique'. Hoje isso não ocorre mais".

Tudo começou depois de elaborada a pauta de reivindicações para a Convenção Coletiva da categoria. Os funcionários pleiteavam aumento de 50% com reajuste neste mês de julho; estabilidade no emprego por um ano. Os patrões, do outro

lado, ofereceram reajuste de 50% mas não concordavam com a data de julho, queriam concedê-lo em setembro; ofereceram, também, estabilidade de seis meses.

Afirmam os operários que desde a defasagem do decreto 2.045 a empresa começou a cortar alimentação, reajustou o valor do vale de almoço, efetuou corte no índice de pagamento na produção de serviços e fez outras sujeiras.

Na greve, os operários recorreram ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Alimentícias de Londrina, que se colocou a favor de forma muito tímida. Os diretores disseram que somente iriam "acompanhar" o movimento e chegaram a afirmar que a greve era ilegal, fazendo com que os operários se colocassem na defensiva e sem propostas. Na verdade, o Sindicato

to mais atrapalhou e procurou furar a greve do que ajudou.

A volta ao trabalho, depois de formada uma comissão de funcionários para negociar com a empresa, ocorreu 48 horas após a deflagração da greve. O acordo foi feito com pressões dos patrões e do presidente do Sindicato, Manoel Henrique, que se reuniu com representantes da empresa e da DRT.

Mas os operários da Cacique chegaram à conclusão de que só quando as máquinas param é que os patrões sentam para negociar. E eles prometem que, se as negociações — que continuam — não saírem a contento ou se alguém for mandado embora, fazem nova greve. Agora, conhecem melhor a força da união e da luta. (grupo de amigos da TO — Londrina, PR).

Uma verdadeira ocupação do imperialismo japonês

O regime militar brasileiro subjugado pelo FMI faz as mais vergonhosas concessões ao capital estrangeiro, entrega a nação ao imperialismo que não tem o objetivo de ajudar ou trazer o menor benefício para o povo, mas sim extrair daqui um superlucro, resultado da superexploração condenando a classe operária e todo o povo brasileiro a uma situação de fome e miséria.

Nós, operários da Moto Honda da Amazônia, somos vítimas do imperialismo japonês desde nossos salários de fome até a utilização de mulheres operárias que são abandonadas grávidas com seus filhos, sem a menor assistência.

Passamos por uma série de humilhações que precisam ser denunciadas. Toda a direção da fábrica, desde supervisores até a diretoria, é composta por japoneses, assemelhando-se a uma ocupação. Quando vem alguma autoridade japonesa se esconde para dar a impressão de que a fábrica é dirigida por brasileiros. Obrigam os supervisores, encarregados e até operários a falar o idioma japonês, por considerarem o português como língua de segunda classe.

Os banheiros são imundos. Os



que têm boas condições são reservados à elite. A peçoada só toma água enfiada, sendo frequentes os casos de diarreia e outros males. Os galpões são verdadeiros fornos pois o sistema de ventilação é insuficiente. O desemprego é uma ameaça constante; entre 1983 e 1984 mais de 70 operários foram para a rua.

Há cerca de uma semana fizemos um abaixo-assinado com 500 assinaturas, lutando pela

não-mudança do programa de pagamento, já modificado sem aviso. As datas, mudadas da noite para o dia, prejudicam quem tem dia certo para pagar aluguel, prestações etc. Fomos ameaçados pelos patrões, que se mostraram irredutíveis. Mas a luta valeu porque prova mais uma vez a tirania daqueles que nos exploram e que aqui na Moto Honda operário não tem vez. (operários da Moto Honda — Manaus, AM)

Trabalhador rural não tem direito a nada na Bahia

No município de Ibrapitanga os trabalhadores rurais vivem oprimidos pela atuação dos patrões e a conivência da polícia. O caso ocorreu com o trabalhador rural Venâncio dos Santos, empregado da fazenda Água Vermelha, de propriedade do Dr. Érico Matão, que tem a seu serviço o administrador Antônio Alves de Souza, é um exemplo que serve para muitos outros.

Manoel Venâncio trabalhou na fazenda durante dois anos e quatro meses, dando seu suor e sangue para enriquecer o patrão,

recebendo em troca um salário de fome. Despedido em março deste ano, recebeu três tiros como indenização e a queima de lençóis e cobertas que lhe pertenciam. Não aceitando estas injustiças, o trabalhador entrou em maio de 1984, sendo designada para 18 de junho a audiência de conciliação, instrução e julgamento em Ipiau. Ocorre que, na manhã do dia 16 de junho, Manoel Venâncio estava fazendo feira em Ibrapitanga quando foi preso por um soldado da delega-

cia local a mando do referido administrador.

Sabendo do ocorrido, este que se subscreve dirigiu-se à delegacia às 13:40h, explicando ao delegado que aquela prisão não tinha fundamento porque não existia acusação alguma de crime cometido pelo trabalhador e nem foi decretada por ordem judicial, e o intuito era fazer com que o trabalhador perdesse o horário da audiência. Recebeu resposta do delegado Sebastião Neris Velloso de que não se intrometesse e que ele, delegado, nada tinha a ver, e sim o sargento. Disse ainda que só ouvia o trabalhador domingo pela manhã, ou seja, no dia da audiência.

O trabalhador só foi solto graças à inteligência do advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, chamado às pressas e após longa discussão com o delegado.

Esta não é a primeira vez que isso ocorre com trabalhadores rurais que sofrem por atos arbitrários e que têm seus direitos desrespeitados, como a própria fixação do salário-mínimo de fome. Mas nós pretendemos continuar denunciando, reivindicando e lutando por nossos direitos já que temos uma sociedade mais justa, e reforma agrária pa- (Paulo Vitor Santos, presidente do STR de Ibrapitanga-BA)



Belgo Mineira usa o facão contra operários

Há muito tempo a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira vem demitindo trabalhadores e culpando o Sindicato dos Metalúrgicos de Monlevade pela redução do quadro de funcionários da empresa. Cerca de 500 empregados já foram dispensados.

A intenção da empresa, que já anunciou novas demissões, é aterrorizar os operários. A cada greve que os trabalhadores realizam, ela responde com dispensas de dezenas e até centenas. Se o trabalhador chega alguns minutos atrasado, é motivo para que seja ameaçado de demissão. Até em casa os operários sofrem pressões, são amedrontados.

Atualmente, até mesmo os supervisores, contramestres, engenheiros e auxiliares de administração estão sendo pressionados. Como os trabalhadores estão amedrontados, a empresa apro-

veita para não atender a reclamações e direitos já garantidos pela Justiça.

O Sindicato ganhou antecipação salarial na Justiça do Trabalho — num processo que visava resguardar uma cláusula do último acordo —, mas a empresa ficou pé contra e os funcionários acabaram aceitando as alegações da Companhia, depois de novas ameaças de demissões.

Recentemente, contudo, foi publicado o balanço da empresa, acusando um lucro de Cr\$ 8,1 bilhões. O Sindicato entrou de novo na Justiça exigindo a antecipação — que tinha sido cancelada — e, em novo julgamento, a Justiça decidiu que a empresa deveria pagar os trabalhadores com juros e correção monetária, mas até hoje não pagou. Uma outra grande exploração da Companhia é a utilização de serviços de empreiteiros em trabalhos que eram realiza-

dos por seus operários, sendo que as empreiteiras pagam apenas o salário-mínimo.

O Sindicato também entrou na Justiça, reclamando a equiparação. As empreiteiras terão de pagar o mesmo salário da Belgo. Mas a categoria precisa, urgentemente, dar uma resposta contra as demissões, fazer uma grande greve de protesto. É preciso que todos se unam para fazer a empresa recuar. Mas sabemos, também, que só depois do fim do regime militar e da destruição do próprio sistema capitalista, acabaremos com a exploração desumana dessas empresas. Sou um desempregado e escrevo para a TO, que leio sempre, porque estou profundamente revoltado com o regime militar e com as injustiças contra a classe operária. (A.S.S. — Monlevade, MG)

Mutuários do BNH protestam contra aumentos

Desde o dia 9 de julho cinquenta mutuários estão acampados em frente à Prefeitura local em protesto contra o BNH.

Com o aumento de 190% na prestação da casa do BNH, os mutuários estão com um ano de atraso, em média. A dona Leonice Pereira Pinto, cujo marido está desempregado há tempos, foi reclamar ao advogado da Cohab e recebeu como resposta deste que eles iam despejá-la para uma favela. Somente no Conjunto Violin, o número de desempregados aproxima-se da casa dos mil. O movimento de protesto foi desencadeado há meses atrás e o prefeito colocou à disposição de dois desempregados frentes de trabalho para limpeza de terrenos baldios em outra extremidade da cidade, com remuneração de Cr\$ 2.500,00 diários.

Durante todo o movimento, o prefeito, Wilson Moreira, eleito com as bandeiras do PMDB, mais que hoje não tem respaldo popular, nega as dependências da Prefeitura e água aos acampados, além de não se sensibilizar com as reivindicações dos desempregados.

A mobilização continua contando com novas adesões e a solidariedade do povo local. Também está sendo criada um Comitê de Solidariedade por todas as forças políticas. Núcleo de apoio à TO em Londrina — Paraná)

Os operários da Cia. Cacique de Café Solúvel em Londrina, Paraná, realizaram a primeira greve nos 25 anos de existência da empresa. Todos os setores foram paralisados. Embora tenham conquistado vitórias parciais, entre outras coisas, devido ao tímido papel desempenhado pelo Sindicato da categoria, os operários da Cacique chegaram à conclusão de que "só quando as máquinas param é que os patrões sentam para nego-



ciar". Um grande passo depois de 25 anos de imobilismo. (Olivia Rangel)

Grevistas da UFPb apóiam vereador

A moção abaixo foi aprovada por aclamação em assembleia geral dos funcionários da Universidade Federal da Paraíba, campus de João Pessoa, realizada no dia 3 de julho com a presença de 301 servidores:

"Nós, funcionários da Universidade Federal da Paraíba, campus de João Pessoa, em greve há 42 dias por melhores salários e em defesa da universidade, vimos nos congratular com os vereadores do PMDB, Antônio Augusto Arroxeles, Sônia Germano e Antônio Batista Ramos, pela atitude digna ao se posicionarem contrários ao arquivamento

do processo que aprava o "caso das cambaças".

"E do conhecimento de todos que o prefeito municipal e seus apaniguados foram beneficiados com a compra ilegal de grande quantidade de equipamentos.

"Infelizmente, a Câmara Municipal (a totalidade dos vereadores do PDS e a maioria do PMDB) votou pelo arquivamento do processo, deixando assim de ser apurado por aquela Casa Legislativa tão grave e vergonhoso caso de corrupção, perpetrado pela administração bionica e ilegítima imposta ao povo de João Pe-

soa. A atitude dos vereadores que não souberam honrar os votos que receberam do povo deve ser igualmente objeto do nosso repúdio, uma vez que se colocaram como cúmplices ou coniventes com a corrupção.

"Contudo, o vereador A.A. Arroxeles tomou iniciativa — no que foi acompanhado por representantes de entidades e personalidades — de impetear uma Ação Popular contra o prefeito municipal para que mais este abuso não fique sem apuração e punição. (Agamenon Travassos Sarnhó e mais 301 assinaturas João Pessoa, PB)

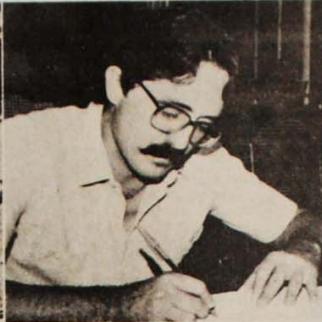
Motoristas do Brás querem volta do cipeiro Moreira

Todos os trabalhadores da Garagem do Brás exigem o retorno imediato do cipeiro Merquizek Moreira, prontuário 75304 para aquela unidade.

No ano passado o mesmo se elegeu com esmagadora maioria de votos para cipeiro da referida unidade. E como cipeiro foi um excelente companheiro em todos os sentidos, sempre procurando cumprir a sua missão. Aconteceu que, logo após a

publicação no mural da convocação dos empregados de como se inscreverem para candidatos da Cipa este ano, ele foi na comissão de segurança e se inscreveu para a reeleição. Mas quando faltava apenas uma semana para a eleição, ele foi mandado para a Garagem do Taatupé. No dia da eleição da Cipa ele foi reeleito por 104 votos e o suplente com apenas 17 votos. (Trabalhador da CMTC — São Paulo, SP)

Em defesa dos presos políticos



Aldo Arantes viu o drama dos presos políticos argentinos e uruguaios, com a Missão Latino-Americana.

A luta pelos direitos humanos na América Latina ganhou um novo impulso com a viagem da Missão Latino-Americana de Boa Vontade ao Uruguai, Argentina e Brasil. Visando, prioritariamente, impedir a extradição do dirigente montonero Mário Firmenich, preso no Brasil, a Missão ampliou o movimento de solidariedade latino-americana.

Do Brasil, participaram da Missão os deputados Aldo Arantes (PMDB), Clemir Ramos (PDT), Luiz Dulci (PT), Fababulini Júnior (PTB) e Lucio Alcântara (PDS), junto com dirigentes sindicais, estudantes e populares de vários países latino-americanos.

MAIOR SOLIDARIEDADE

O deputado Aldo Arantes ressaltou que, em primeiro lugar, a viagem "colocou com mais vigor o significado da solidariedade latino-americana, que, aqui no Brasil, por uma série de razões — inclusive pela própria dimensão do nosso país, ainda é pouco sentida".

Na Argentina, foram visitados todos os presidios políticos, sendo constatada a existência de 67 presos políticos, entre eles o ex-governador da Província de Córdoba, Obregon Cano. De acordo com Aldo Arantes, "A Missão manifestou o reconhecimento pelo avanço da democratização do país com o fim do regime militar e a eleição de Alfonsín".

Por outro lado, "mostrou-se preocupada com a existência de presos políticos, fato totalmente contraditório com a democratização efetuada. Fomos informados que, mesmo depois da decretação da Lei da Anistia, prevista para breve, ainda restariam 20 presos políticos na Argentina".

Além disso, a Missão teve contatos com políticos, entidades democráticas e populares e de familiares de presos e desaparecidos, procurando levar sua preocupação com esse problema e com a extradição de Mário Firmenich. Quando estava na Argentina, a Missão teve a notícia de uma séria crise militar provocada pela exibição de um programa de televisão chamado "Nunca Mais" (veja matéria ao lado).

Já no Uruguai, houve uma recepção completamente diferente. "Logo no Aeroporto fomos recebidos por uma grande manifestação de massa e uma passeata pelas ruas de Montevideo, com a população nos acenando lenços brancos", conta Aldo Arantes.

"Isso demonstra que o povo uruguio se mobiliza para derubar o regime militar que inferniza aquele país", concluiu. A situação no Uruguai, segundo relatos ouvidos pelos integrantes da Missão, é semelhante à vivida no Brasil duran-

te os anos 70. Atualmente, existem cerca de 800 presos políticos, dos quais nove são considerados reféns da ditadura e "podem ser mortos a qualquer momento".

Crece, entretanto, a luta dos uruguaios pela anistia ampla, geral e irrestrita e pelo fim do regime militar. Quando os integrantes da Missão colocavam uma coroa de flores no monumento a Artigas, herói nacional uruguio, em frente ao Palácio do Governo, "mais de mil pessoas estavam presentes, transformando aquela solenidade num combato ao público contra o regime", disse Aldo Arantes. "Há mais de 12 anos que não havia nenhuma manifestação naquela praça", acrescentou.

EXTRADIÇÃO PENDENTE

No Brasil, os integrantes da Missão buscaram uma solução para o problema criado com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de autorizar a extradição do dirigente montonero Mário Firmenich. Em contatos com os ministros Avelar e Leites de Abreu, ouviram que o governo brasileiro nada poderia fazer, já que o pedido de extradição partiu do governo argentino e a decisão foi da Justiça brasileira.

Mas "isso mostra apenas o desinteresse do governo militar brasileiro em solucionar esse problema", garante Aldo Arantes, explicando: "Na verdade, o STF apenas autorizou a extradição, mas não determinou que ela fosse feita. A extradição é um ato de governo e não um ato jurídico", argumentou.

Para o deputado goiano, a extradição de Firmenich contraria a tradição do direito latino-americano e brasileiro, abrindo um grave precedente. "O governo fascista do general Pinochet, amparado nesse precedente, está pedindo a extradição de dois chilenos que estão presos no Peru".

"O precedente aberto pelo governo brasileiro poderá gerar graves consequências para os democratas de toda a América Latina", afirmou ainda Aldo Arantes. Os integrantes da Missão estão fazendo gestões junto ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e à Cruz Vermelha Internacional para solucionar o problema. (Moacyr de Oliveira Filho, de Brasília)

"Que nunca mais aconteça essa atrocidade"

Recentemente a televisão argentina exibiu o programa "Nunca Mais", abordando o problema dos mais de 30 mil desaparecidos políticos do país. O programa mostrou a violência cometida pelos militares contra o povo. Mostrou também alguns dos 270 locais de tortura e campos de prisões. Publicamos trechos de alguns depoimentos apresentados:

"No campo de prisioneiros Unidade 9, em La Plata, não só se torturava, se matava, se violentavam mulheres grávidas — oficiais do Exército violentavam as presas —, como também era comum o roubo. Dois dias depois de me seqüestram, arrombaram minha casa e levaram todas as coisas de valor que encontraram, até mesmo as roupas das crianças. Vendiam aos soldados tudo aquilo que não utilizavam. Caminhões do Exérci-

to carregavam mobílias completas das casas de famílias inteiras assassinadas e vendiam as propriedades com títulos falsos. Eles roubavam o dinheiro, os carros, que depois vendiam ou utilizavam em novas operações de sequestro. Eu creio que nós, que tivemos esse raro privilégio de sair desse inferno, temos a obrigação e o dever de dar o testemunho de tudo isso, de não calarmos a boca, para que isso, efetivamente, não aconteça nunca mais. Deixar esses crimes impunes é permitir que eles voltem a ocorrer." (Jorge Watts, ex-presos político)

"No meu desespero, pude chegar até o general Bignone, que era secretário da Junta Militar, e me recebeu no Comando em Chefe do Exército. Pode ver uma arma sobre sua mesa e, na esperança que ele poderia resolver o problema de minha filha, lhe roguei que a processassem, que não a

matassem. Meu esposo havia ficado preso durante 25 dias em La Plata e havia visto como se assassinavam diariamente muitas pessoas. Ele, felizmente, está solto. O general Bignone me explicou que esteve no Uruguai e visitou as prisões onde estavam os Tupamaros e visto que mesmo presos eles se fortaleciam nas suas convicções, nos seus ideais, e convenciaram os carcereiros da justiça de suas lutas. E que aqui, na Argentina, não queriam que isso se repetisse. Portanto me disse: "Senhora, há que fazê-lo". Nesse "fazê-lo" estava implícita a morte. Então pensei que minha filha já havia sido assassinada e lhe roguei que me devolvessem o seu corpo, pelo menos. Que queria tê-lo para não enlouquecer como tantas outras mães buscando seus filhos nas tumbas dos cemitérios. Ele não me respondeu nada." (Estela E. B. de Carlotto)

"Quando levaram meu filho, pensamos que efetivamente o soltariam no dia seguinte, como nos disseram. Não sabíamos de toda essa barbárie. O que se passou desde então foi como... bem, foi um pesadelo. Porém os primeiros tempos foram de loucura total. Tentamos de todas as maneiras averiguar o que se passava, o que era, qual era o seu paradeiro, por quê? Nunca tivemos nenhuma resposta. Naquele tempo eu tinha alguns amigos importantes e perguntei a todos eles, e em todos os casos a res-

posta foi negativa. "Não temos nada, não sabemos de nada". Não acreditei e não acreditei. A partir de toda essa tristeza, de todo esse terror, de toda essa angústia que nos envolvia, buscando nosso filho, tanto minha mulher como eu começamos a militar na política e no movimento pelos direitos humanos. Meu objetivo é ajudar para que isso não volte a ocorrer, porque eu sei a dor de procurar um filho, de não saber onde ele está, de não saber nem se está, e não quero que isso que fizeram com meu filho, o façam com os filhos de meus amigos ou com os amigos de meu filho. Não sei. Creio que não posso falar mais..." (Enrique F. Meijide)

"Pessoalmente creio que foi o reinado do demônio sobre a terra. Foram atos demôniosos os que se cometeram contra a imensa maioria de adolescentes, de jovens idealistas, parte da melhor juventude argentina, que foi seqüestrada diante de seus pais, encapuçada por aqueles que falam de dignidade, de preservar os direitos e os princípios da sociedade civilizada. Peço aos homens e mulheres que estão me vendo, também às crianças, para que não se esqueçam nunca, que por favor, por amor à humanidade, nunca mais, nunca mais, possa acontecer na terra de homens como Belgrano e San Martín, uma atrocidade semelhante." (Ernesto Sabato, presidente da Comissão Nacional sobre Desaparecidos)



O general Bignone autorizava o assassinato dos prisioneiros.

Sarampo mata... crianças com fome

Aliada com a fome, uma epidemia de sarampo vem provocando a morte de dezenas de crianças na região da Grande São Paulo. Informações incompletas da Secretaria de Saúde dão conta de que nos principais hospitais mais de 600 pacientes foram internados desde maio (contra cerca de 250 nos quatro meses anteriores). Registraram-se pelo menos 49 mortes — 30 apenas até o dia 25 deste mês de julho.

Representantes do Governo Federal apressaram-se em alardear que a Secretaria de Saúde do Governo Estadual era a única responsável pelas mortes. Alegando que a vacinação, "por imprevidência", não foi realizada a tempo de evitar a epidemia, procuraram reduzir a dimensão do problema à simples incidência da doença.

MORRENDO DE FOME

A realidade, contudo, é bem outra. Sem uma única exceção, os óbitos registrados são de filhos de trabalhadores de baixa renda e de desempregados, ou, como disse o secretário da Saúde, João Yunes, durante entrevista coletiva na semana passada, "pertencentes à classe sócio-econômica baixa".

"O sarampo na classe sócio-econômica alta não mata. A doença, por si só, não é letal. As mortes são causadas pelas complicações e essas atingem

os que estão desnutridos", argumentou o secretário. Ou seja, na expressão de um outro médico, "o que está matando mesmo é a fome, que é consequência do regime militar que está aí".

A incidência maior — bem como os casos mais graves — foi verificada nas regiões de Santo Amaro (área de grande concentração de desempregados), na Zona Leste e em Osasco, conforme os dados divulgados pela Secretaria da Saúde.

O atendimento tem sido precário e, particularmente no que tange à vacinação, observa-se ainda uma grande deficiência. A campanha de vacinação está sendo realizada nos postos médicos e centros de saúde. Foi iniciada neste mês "e não antes porque quando pedimos vacina, o Ministério da Saúde respondeu que não tinha", de acordo com a Secretaria.

PROBLEMA VELHO

A morte por sarampo já é um velho problema no Brasil — a doença constitui a quarta maior causa da mortalidade infantil até os dois anos de idade; no primeiro ano de vida, é responsável por 8,18% de todas as mortes e, no segundo, por 9,51%.

Conforme explicam os médicos, "é mais um problema do subdesenvolvimento. Na década de 70, o Brasil apresentou um índice de mortalidade por sarampo estimado em 11,5 por 100 mil, enquanto em países mais desenvolvidos essa relação foi de 0,1 e 0,5 para 100 mil. A subnutrição, a promiscuidade e a falta de assistência médica são os fatores que se aliam ao sarampo para provocar a morte, realidade que já foi constatada desde 1961 pela Conferência Internacional sobre Imunização".

Mesmo a incidência da enfermidade está relacionada com fatores sócio-econômicos. "Os pobres possuem menor imunidade devido a deficiências orgânicas causadas pela subnutrição", disse o secretário João Yunes.

Molestia infecciosa aguda,



Mais de 600 crianças já foram internadas nos hospitais desde maio

extremamente contagiosa, causada por um vírus pertencente ao grupo dos Paramyxovirus, o sarampo atinge principalmente as crianças, durante o inverno. Os surtos são sazonais e ocorrem, em geral, de dois em dois

anos. "A doença" — explicou o pediatra Heitor Pans Leite — "tem um período de incubação de 10 a 14 dias, amadurece em quatro ou cinco dias e depois, num período de dois ou três

dias, desaparece. Em pessoas bem nutridas, não passa disso. Quando há subnutrição, na maioria das vezes ocorrem complicações (bronco pneumonia, otite média, aguda e encefalite), que podem ser fatais".